



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL -PPG MADER**

DIEGO CORREA SILVA

**Agroextrativismo e Sociobiodiversidade no Vale do Rio Urucuia (MG): experiências da
COPABASE no fortalecimento da agricultura familiar.**

**Planaltina-DF
2025**

DIEGO CORREA SILVA

Agroextrativismo e Sociobiodiversidade no Vale do Rio Urucuia (MG): experiências da COPABASE no fortalecimento da agricultura familiar.

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB de Planaltina – UnB/FUP.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eliene Novaes Rocha
Coorientador: Prof. Dr. Luís Antônio Pasquetti

**Planaltina-DF
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sa Silva, Diego Correa
Agroextrativismo e Sociobiodiversidade no Vale do Rio
Urucuia (MG): experiências da COPABASE no fortalecimento da
agricultura familiar. / Diego Correa Silva; orientador
Eliene Novaes Rocha; co-orientador Luís Antônio Pasquetti.
Brasília, 2025.
90 p.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural) Universidade de Brasília, 2025.

1. Agroextrativismo. 2. Agricultura Familiar. 3. Cerrado.
4. Sociobiodiversidade. 5. Desenvolvimento Rural
Sustentável. I. Novaes Rocha, Eliene, orient. II. Pasquetti,
Luís Antônio, co-orient. III. Título.

DIEGO CORREA SILVA

Agroextrativismo e Sociobiodiversidade no Vale do Rio Urucuia (MG): experiências da COPABASE no fortalecimento da agricultura familiar. Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília.

Aprovado em: ____/____/____ Por:

Banca examinadora

Orientador(a): Dr. Luis Antonio Pasquetti, UnB

Prof.(a) Dra. Janaina Deane De Abreu Sá Diniz, UnB
Examinadora Interna

Dra. Claudia De Souza, GIZ
Examinadora Externa à Instituição

Prof.(a) Dra. Laura Angelica Ferreira Darnet, UnB
Examinadora Externa ao Programa

Carta de apresentação do autor

Eu, Diego Correa Silva, nascido em 1990, Brasília (DF), sou primogênito entre os cinco irmãos que tenho. Os meus pais são naturais da cidade de Buritis-MG, a qual se conheceram, casaram-se e mudaram para Brasília-DF, capital a qual eu nasci e convivi uma parte da minha infância até os cinco anos de idade. Porém, após a separação dos meus pais biológicos aos cinco anos de idade, minha mãe retornou para a Vila São Vicente, a 22 km da cidade de Buritis-MG, comunidade na qual meus avós moram desde a infância e criaram minha mãe. Essa comunidade tem em média 220 famílias atualmente, em sua grande parte com parentescos de 1º e 2º grau entre as famílias do povoado (Figura 7: comunidade rural Vila São Vicente, ver Anexo A – fotografias e mapas).

Após cerca de um ano residindo na comunidade da Vila São Vicente, a mãe do narrador reencontrou-se com Lourival, com quem se casou novamente, formando uma nova família. No mesmo ano desse reencontro, ambos se mudaram para a comunidade denominada P.A Boa Esperança. Essa comunidade abriga 44 famílias, com lotes que variam entre 12 e 20 hectares por família, e está situada a aproximadamente 44 quilômetros de Buritis-MG. A comunidade de São Vicente está a cerca de 23 quilômetros de Buritis, que, por sua vez, fica a cerca de 270 quilômetros de Brasília-DF, capital federal. Na Vila São Vicente, foi possível observar e participar de atividades realizadas pelos grupos produtivos locais. Em 2015, entrevistas orais foram realizadas com alguns membros da comunidade para compor o trabalho final da disciplina História e Memória, do curso de Educação do Campo - LEDOC. A Figura xy ilustra o roteiro de acesso de Brasília-DF aos municípios mineiros de Arinos, Buritis, Urucuia, Uruana, Vila São Vicente e P.A Boa Esperança (ver Anexo A - Fotografias e mapas).

O presidente José Calazans da Silva descreve que a História da Comunidade Projeto de Assentamento Boa Esperança (P.A Boa Esperança) começou com um grupo de 44 famílias, que formaram a Associação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Projeto Boa Esperança, em uma reunião extraordinária, realizada no centro comunitário da Vila São Vicente no dia 11 de junho de 1998, com a coordenação do secretário de agricultura e meio ambiente, Júlio César, e o vereador Wonê Alves, Prefeito Municipal José Vicente Damascena e Deputado Estadual Miguel Martine, sendo que das 44 famílias tem que ter 23 pessoas associadas para eleger a diretoria da associação. Se o marido não estiver na reunião para dar o seu voto, a mulher tem o direito de votar, desde que seja somente uma pessoa por família.

Segundo o senhor José Calazans da Silva a primeira diretoria da comunidade P.A Boa Esperança, foi formada e legalizada, com estudo do estatuto no dia 11\06\98, sendo que o

mandato de cada diretoria, é de dois anos, logo depois da diretoria formada, aprovada e legalizada, veio um projeto da SUDENOR, que hoje se chama IDENE (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Noroeste de Minas), para a compra da fazenda de 1.364.00.00 hectares (um mil trezentos e sessenta e quatro hectares), do Senhor Juquinha Dourado, popularmente, conhecido na região, hoje já falecido.

José Calazans da Silva, relata que das 44 famílias que vieram para a fazenda no início, algumas moravam em barracas de lona, até a construção das casas na qual veio um projeto com recurso no valor de 84 mil reais para a construção das casas e 100 reais para cada família (salário-mínimo na época), pois as próprias famílias foram quem construíram suas próprias casas padronizadas, ou seja, todas são iguais, dividiam entre si os trabalhos, uns trabalhavam de pedreiros outros de servente.

Segundo Francisca Almeida da Paixão, presidente da associação vida sim das trabalhadoras rurais do projeto boa esperança, os processos produtivos mais importantes da comunidade são: a pecuária, a produção leiteira, o processamento de farinha, e a agricultura convencional. A primeira fonte de renda da comunidade vem da produção de leite e processamento de farinha. O grupo de mandiocultores, grupo de artesanato, associação das Mulheres, que se chama Associação Vida Sim das Trabalhadoras Rurais do Projeto Boa Esperança, e associação dos homens que se chama Associação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Projeto Boa Esperança.

Segundo Eva Correa de Barros os moradores que não possui uma renda fixa no assentamento têm que sair para trabalhar em outras regiões, em fazendas ou até mesmo na cidade, submetendo a grandes jornadas de trabalho, deixam suas esposas em casa com os filhos fazendo os afazeres da propriedade, tomando conta de trabalhos na comunidade. Esses trabalhos como a mandiocultura são vistos como uma forma de renda secundária nos grupos.

Essa atividade desempenha um papel fundamental na economia local, considerando o destaque do cultivo da mandioca na região, cuja produtividade se beneficia das condições climáticas favoráveis. Trata-se de uma relevante fonte de renda para as famílias da comunidade, que conseguem aproveitar integralmente a matéria-prima dessa cultura. Ademais, as atividades são conduzidas de forma econômica e sustentável. Os trabalhadores passaram por treinamentos e reciclagem na Embrapa Cerrados, em Planaltina-DF, contando com suporte técnico durante cinco anos pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e com assistência técnica em processos de compra e venda fornecida pela Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base em Economia Solidária (COPABASE), localizada em Arinos-MG, atuante em toda a região do Vale do Rio Urucuia.

Os grupos têm interação sempre que necessitam um do outro, tendo em vista melhorias para a comunidade em geral. Estes grupos têm algumas ações positivas, tais com: a casa de farinha, rapadura e doces caseiros, que conseguiram recursos através da fundação Banco do Brasil por meio da associação Vida Sim, em parceria com a associação dos homens

Sempre estava presente nas reuniões dos associados com meu padraсто, o que fez me interessar pelas questões burocráticas da associação, buscando ativamente a coletividade, fortalecendo a interação, através da produção cultural econômica, e social. Fui líder de diversos grupos dentro da comunidade, fazendo parte da diretoria, articulando capacitações em parceria com SENAR, SEBRAE, e COPABASE, promovendo atividades coletivas em parceria com os jovens e as mulheres da comunidade, pois, na maioria dos casos seus maridos estavam trabalhando fora de sua casa para manter a família, e os jovens e as mulheres sendo as principais pessoas mantenedoras das atividades agrícolas e rurais dentro da comunidade.

Portanto, a aproximação pessoal com o tema surgiu a partir da relação com o campo das comunidades tradicionais, onde a minha identidade foi sendo construída e reforçada durante a minha vivência na comunidade, onde obtive muitas reflexões construtivas.

Além disso, com o trabalho que eu exerci como Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável-ADRS, pela COPABASE (2009 a 2013), pude compreender os valores, saberes e a autonomia dos (as) agricultores(as) da comunidade que meus pais fazem parte, exercendo, assim, o papel de colaborador do ensino/aprendizagem, trabalhando diretamente nas cadeias produtivas de mandiocultura, fruticultura e apicultura.

Essas atividades proporcionam diversas aprendizagens relevantes, incluindo a compreensão de organizações de cooperação, associativismo, sociobiodiversidade, economia solidária e valores econômicos e sustentáveis aplicados à comunidade, em um contexto interdisciplinar. Durante o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC/FUP/UnB) entre 2012 e 2017, foram explorados temas relacionados ao meio ambiente, agricultura, desenvolvimento sustentável, sociobiodiversidade e outros assuntos correlatos, com ênfase na relação entre teoria e prática dos saberes das comunidades tradicionais. Nesse contexto, o trabalho de conclusão do curso abordou a “Apicultura no Vale do Rio Urucuia: Interação entre apicultores e Meio Ambiente numa práxis Educativa”. A trajetória acadêmica contribuiu para a definição do tema da pesquisa para o programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG-Mader.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo, primeiramente, a Deus, por conceder-me o dom da vida e por ter me guiado em todo o processo de evolução espiritual, social e acadêmica, fazendo-se presente, em forma de amor e fraternidade, em todos os momentos da minha vida.

Agradeço a todos os agricultores pelas contribuições e pela disponibilidade de tempo para a aplicação dos questionários, momentos que proporcionaram grandes aprendizados. Em nome do Programa Mader, agradeço ao corpo docente e discente que, de forma direta ou indireta, contribuiu para a construção deste trabalho.

Sou grato à coordenação e à administração do Mader pelo apoio durante todo o meu percurso como discente. Agradeço imensamente aos membros da minha banca, por se disporem a ler e avaliar minha dissertação com carinho e zelo. O meu muito obrigado!

À minha orientadora, Dra. Eliene Novaes Rocha, e ao meu coorientador, Dr. Luís Antônio Pasquetti, agradeço o apoio, dedicação e humildade em me ajudar no processo de construção deste trabalho. Suas correções, sugestões e considerações foram essenciais para os resultados alcançados. Agradeço a todos da instituição COPABASE que, ao longo de minha pesquisa, se dispuseram a me ajudar.

Não poderia deixar de agradecer a toda a minha família por tudo o que representam em minha vida. Em nome de todos, agradeço especialmente à minha mãe, Eva Correa, pelos momentos de paciência e oração. Também registro minha gratidão aos entes queridos que partiram desta jornada, mas deixaram um grande legado de amor, humildade e dedicação ao próximo. Ao meu padrasto, Lourival Antônio, presto homenagem, estendendo-a à minha bisavó, Dona Antônia, e à minha avó materna, Dona Ana Dias. A perda dessas pessoas foi profundamente dolorosa, mas a motivação para continuar, vinda de seus conselhos, ajudou-me a superar as dificuldades e a aprender, na simplicidade, a importância do amor ao próximo e à família.

Agradeço aos colegas de curso por essa trajetória acadêmica. Sou grato à minha família, especialmente à minha esposa Verônica Cordeiro pelo apoio constante, e à minha sogra Selma Cordeiro e à minha mãe, que foram pilares essenciais durante esse período.

"Ah, o meu Urucuia, as águas dele são claras e certas. E ainda que ele entramos, subindo légua e meia, por isso pagamos uma gratificação. Rios bonitos são os que correm para Norte, e os que vêm do poente, em caminho para se encontrar com o sol. E descemos num pojo, num ponto sem praia, onde essas altas árvores, a caraíba-de-flor-roxa, tão urucuiana. E a folha larga, aderno-preto, o pau-de-sangue, o pau-paraíba, sombroso. O Urucuia, suas abas. E vi meus Gerais!" Guimarães Rosa (Grande Sertão Veredas).

RESUMO

Esta dissertação analisa as experiências agroextrativistas no Vale do Rio Urucuia, em Minas Gerais, com destaque para os municípios de Arinos, Buritis, Uruana de Minas e Urucuia, e para a atuação da Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base em Economia Solidária (COPABASE). O estudo parte da compreensão do agroextrativismo como prática híbrida entre agricultura e extrativismo, vinculada aos saberes tradicionais e aos modos de vida das comunidades tradicionais do Cerrado, e busca compreender sua contribuição para a geração de renda, a conservação ambiental e a valorização da sociobiodiversidade. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários junto aos agricultores familiares vinculados à COPABASE, bem como a outras comunidades locais. A coleta de dados contemplou distintas localidades rurais dos quatro municípios selecionados, destacando-se que Arinos e Buritis integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF). Os resultados indicam que a maioria dos agroextrativistas entrevistados são mulheres com mais de 45 anos, com predominância de ensino fundamental incompleto e baixa renda mensal. Embora em alguns casos o agroextrativismo seja a atividade principal, para a maior parte dos agricultores ele representa uma fonte complementar de renda, especialmente por meio da coleta de frutos nativos como baru (*Dipteryx alata*) e pequi (*Caryocar brasiliense*). Além do aspecto econômico, a prática está fortemente enraizada nos saberes tradicionais e nos modos de vida das comunidades locais, constituindo-se como estratégia de resistência cultural e de permanência no campo. A análise evidencia o papel estratégico da COPABASE na organização da produção, no acesso a mercados, na certificação orgânica e na capacitação técnica, além de sua contribuição para a promoção da agroecologia e da economia solidária. A cooperativa atua em mais de dez municípios do Vale do Urucuia, beneficiando comunidades quilombolas, indígenas, assentados e ribeirinhos, consolidando-se como referência na valorização dos produtos da sociobiodiversidade do Cerrado. Entre os principais desafios identificados estão a sucessão geracional, o acesso limitado à educação, a dependência de políticas públicas e a necessidade de fortalecimento das organizações coletivas. Esses fatores revelam tanto as potencialidades quanto as fragilidades do agroextrativismo como estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Conclui-se que o agroextrativismo, articulado a cooperativas como a COPABASE, constitui uma alternativa viável para o fortalecimento da agricultura familiar, pois alia conservação ambiental, segurança alimentar, geração de renda e valorização cultural, contribuindo para a permanência das famílias no campo e para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Agroextrativismo; Agricultura Familiar; Cerrado; Sociobiodiversidade; Desenvolvimento Rural Sustentável.

ABSTRACT

This dissertation analyzes agro-extractive experiences in the Vale do Rio Urucuia, in Minas Gerais, with emphasis on the municipalities of Arinos, Buritis, Uruana de Minas, and Urucuia, as well as on the role of the Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base em Economia Solidária (COPABASE). The study approaches agro-extractivism as a hybrid practice between agriculture and extractivism, rooted in traditional knowledge and the ways of life of Cerrado communities, and seeks to understand its contribution to income generation, environmental conservation, and the valorization of sociobiodiversity. The research was conducted through a qualitative and descriptive approach, based on bibliographic review, documentary analysis, and the application of questionnaires to family farmers associated with COPABASE and other local communities. Data collection covered rural areas of the four selected municipalities, with Arinos and Buritis being part of the Integrated Development Region of the Federal District and Surroundings (RIDE-DF). The results indicate that most of the interviewed agro-extractivists are women over 45 years old, with predominantly incomplete primary education and low monthly income. While agro-extractivism is the main activity for some, for most farmers it represents a complementary source of income, especially through the collection of native fruits such as baru (*Dipteryx alata*) and pequi (*Caryocar brasiliense*). Beyond its economic dimension, the practice is deeply embedded in traditional knowledge and local ways of life, serving as a strategy of cultural resistance and rural permanence. The analysis highlights the strategic role of COPABASE in production organization, market access, organic certification, and technical training, as well as its contribution to the promotion of agroecology and solidarity economy. The cooperative operates in more than ten municipalities in the Vale do Urucuia, supporting quilombola, Indigenous, settler, and riverside communities, and has become a reference in the valorization of Cerrado sociobiodiversity products. The main challenges identified include generational succession, limited access to education, dependence on public policies, and the need to strengthen collective organizations. These factors reveal both the potential and the fragilities of agro-extractivism as a strategy for sustainable rural development. The study concludes that agro-extractivism, when articulated through cooperatives such as COPABASE, constitutes a viable alternative for strengthening family farming, as it combines environmental conservation, food security, income generation, and cultural valorization, contributing to the permanence of families in rural areas and to the construction of a fairer and more sustainable development model.

Keywords: Agroextractivism; Family Farming; Cerrado; Sociobiodiversity; Sustainable Rural Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa com os municípios que compõem o Vale do Rio Urucuia.....	46
Figura 2: Mapa com os municípios participantes da pesquisa	49
Figura 3: Mapa com os municípios que integram a RIDE-DF	50
Figura 4: Área de abrangência da COPABASE	54
Figura 5: Coleta de baru e cagaita	67
Figura 6: Quadro com os principais produtos coletados pelos agroextrativistas – Vale do Urucuia	68
Figura 7: Vila São Vicente	86
Figura 8: Mapa com o roteiro de acesso.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais indicadores do cooperativismo brasileiro - 2024.....	23
Tabela 2: Indicadores das agroindústrias familiares e cooperativas (2010-2025).....	24
Tabela 3: Área dos municípios, população e densidade demográfica.....	51
Tabela 4: Número de questionário aplicado por área produtiva.....	57
Tabela 5: Faixa etária dos(as) agroextrativistas	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gênero dos agricultores agroextrativistas	57
Gráfico 2: Grau de instrução dos agroextrativistas	59
Gráfico 3: Renda Mensal dos agricultores extrativistas	61
Gráfico 4: Principal fonte de renda dos agroextrativistas.....	61
Gráfico 5: Tempo de Atividade Agroextrativista	62
Gráfico 6: Contato com outra forma de produção agrícola agroextrativismo	63
Gráfico 7: Benefícios das práticas agroextrativistas.....	64
Gráfico 8: Tamanho da área de coleta em hectares	65
Gráfico 9: Método de coleta adotado pelos agroextrativistas.....	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: COOPERATIVISMO, AGROEXTRATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR	21
1.1 Breve Histórico do Cooperativismo e Associativismo no Brasil	21
1.2 Agroextrativismo	27
1.3 Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais.....	30
1.4 Economia Solidária e sua inserção no Brasil.....	33
1.6 Política pública e institucionalização da Economia Solidária no Brasil	37
1.8 Sociobiodiversidade no contexto da agricultura familiar	38
CAPÍTULO 2 - A COPABASE E O AGROEXTRATIVISMO SUSTENTÁVEL: ASPECTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO.....	43
2. Aspectos Metodológicos	43
2.1 Caracterização do local de estudo: Vale do Rio Urucuia	46
2.2 Contextualização geográfica dos municípios participantes da pesquisa	49
2.3 Perfil socioeconômico dos municípios participantes da pesquisa	50
2.4 Caracterização da COPABASE.....	52
CAPÍTULO 3: RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
3.1 Perfil socioeconômico, motivação e a situação fundiária da área de coleta.....	56
3.1 Caracterização da prática agroextrativista no Vale do Urucuia	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS	73
ANEXOS A.....	86
ANEXO B.....	87

LISTA DE SIGLAS

ADRS – Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável

APP-Área de Preservação Permanente

CODEMA - Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente.

COPABASE - Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base em Economia Solidária

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FUP – Faculdade UnB Planaltina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDENE -Instituto de Desenvolvimento do Norte e Noroeste de Minas

ISPN -Instituto Sociedade, População e Natureza

LEDOC – Licenciatura em Educação do Campo

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCEMG - Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais

P.A – Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PFNM – Produtos Florestais Não Madeireiros

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPG-MADER – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

PPP-ECOS - Programa Pequenos Projetos Ecosociais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RIDE- Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TICCA – Territórios Indígenas Conservados por Comunidades Locais

UnB – Universidade de Brasília

UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNICOPAS – União Nacional das Cooperativas e Associações de Produção.

INTRODUÇÃO

O Brasil é o país com a maior biodiversidade do mundo, com mais de 100 mil espécies animais e mais de 40 mil espécies vegetais distribuídas pelos biomas da Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa. A biodiversidade no contexto brasileiro é fonte de recursos para o País para além dos serviços ecossistêmicos, mas também pelas práticas agroextrativistas, pela conservação do patrimônio genético e a promoção do desenvolvimento rural sustentável (Brasil, 2024).

Contudo, é necessária uma “mudança de conduta e intervenção governamental”, já que vários biomas, em especial o Cerrado, vem sofrendo alterações significativas como desmatamento, uso intensivo do solo, mudança climática, esgotamento dos recursos locais devido a expansão agrícola (Dutra; Souza, 2017, p. 128).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica o Cerrado como o segundo maior bioma do Brasil em área, além de ser um dos 34 *hotspots*¹ mundiais devido às pressões que tem sofrido com o avanço da fronteira do agronegócio. Para conservar estes recursos naturais, além de áreas protegidas, é necessária a valorização dos produtos obtidos através do agroextrativismo (IBGE, 2019; Guéneau; Diniz; Mendonça, 2017). “O Cerrado apresenta alta riqueza de espécies, estimada em 30% da diversidade biológica do Brasil” (Diniz et al., 2010, p. 189). Vale ressaltar que o Cerrado ocupa a porção central do país fazendo limite com os demais biomas, exceto o Pampa (IBGE, 2019).

Atualmente, percebe-se os efeitos das mudanças climáticas, desastres ambientais nas áreas urbanas e rurais devido às ações antrópicas. Em contrapartida, os países reúnem-se em conferências e assembleias com muito debate, para definirem metas para redução da perda da biodiversidade e a redução de gases nocivos, poluidores e destruidores da camada de ozônio. De modo geral, os que mais poluem, por vezes se ausentam de tais espaços de concentração global, ou quando não, assinam tratados que não saem do papel.

Enquanto isso, populações ou grupos vulnerabilizados, um subproduto do sistema capitalista, continuam à mercê de tais consequências de maneira mais contundente. O Brasil nos últimos anos, especialmente com um governo que encerrou seu mandato em 2022, tem vivido um período de negação da ciência e incentivo ao desmatamento e desregulação das leis ambientais. Destarte, o novo governo que assumiu em 2023, retomou a condução das políticas

¹ A expressão "hotspot" foi criada em 1988 por Norman Myers e significa "pontos quentes". *Hotspots* de biodiversidade são áreas do planeta que apresentam uma grande biodiversidade e que estão em risco de extinção. Brasil tem dois hotspots de biodiversidade: a Mata Atlântica e o Cerrado

públicas do País, está recriando órgãos, refazendo leis e voltando ao cenário mundial na busca de influir positivamente nos cuidados com a natureza junto aos processos produtivos.

Conforme Assis e Zampieri (2021, p. 05) “a revolução industrial não só foi responsável por introduzir ao mundo o método de produção em massa e a tecnologia das máquinas, mas também por inovar os meios de trabalho e a forma de se viver”. Este movimento contribuiu para o êxodo rural, o aumento da pobreza, as desigualdades sociais, a fome, o desemprego, falta de saneamento básico e moradia, entre outros fatores. Contudo, no fim da década de 1960, início da década de 1970, no intuito de “fomentar a produção e a exportação dos produtos” agrícolas, assim como acabar ou minimizar a fome no mundo, a Revolução Verde (RV) foi um modelo que estendeu o uso intensivo da tecnologia no campo (Wachekowski *et al.*, 2021, p. 02).

Entretanto, Silva (2017, p. 19) afirma que a “Revolução Verde, cujo objetivo era diminuir ou acabar com a fome, não passa de uma armadilha político-econômica com incentivos alienadores no modelo de agricultura convencional posto aos camponeses, comunidades quilombolas e ribeirinhos”. De acordo com Silva e Miranda (2015), o novo contexto gerou um impacto socioambiental significativo, resultando na padronização da produção agrícola, que culminou na migração de agricultores e trabalhadores rurais para os centros urbanos.

Nesse panorama, o meio rural e a agricultura experimentaram transformações estruturais, caracterizadas pela ampliação das áreas cultiváveis, pela introdução de tecnologias e maquinário nas propriedades agrícolas, pelo uso de sementes geneticamente modificadas e pela aplicação indiscriminada de agrotóxicos, entre outras mudanças (Buainain *et al.*, 2013). Salienta-se que o avanço da agricultura em larga escala tem como foco primordial a exportação de commodities, ocasionando degradação ambiental, efeitos adversos no uso social da terra e a perpetuação dos latifúndios (Mattei, 2014).

Segundo Silva (2017, p. 18) “[...] a agroecologia foi deixada de lado com a chegada da agricultura convencional, e politicamente posta no chamado pacote verde”, juntamente com a ideia de acabar com a fome, aumentando assim a produtividade de grãos em larga escala. Entretanto, esse pacote verde veio acompanhado de grandes malefícios aos seres vivos, como o desmatamento desordenado, as queimadas, poluição de rios e nascentes, entre outros problemas agravantes ao equilíbrio do ambiente.

As comunidades rurais operam dentro de uma lógica produtiva agroecológica ou agroextrativista, que difere fundamentalmente daquela dos produtores agropecuários que possuem uma alta concentração fundiária. Essas áreas de cultivo enfrentam severas consequências resultantes do desmatamento, da degradação dos solos e da contaminação dos

aquíferos, advindas do uso intensivo de agrotóxicos, além da redução na disponibilidade de água e a diminuição da vegetação nativa (Porto; Soares, 2012). Segundo Arraes *et al.* (2012), o modelo econômico atual, que se baseia na exploração insustentável dos recursos naturais, representa uma das maiores ameaças à humanidade e às futuras gerações, em função dos diversos problemas associados à perda da biodiversidade e às alterações climáticas.

A fim de contrapor esse modelo convencional da agricultura, deve-se pensar em modos de produção sustentáveis, como a agroecologia, o agroextrativismo, entre outras práticas que resgatem os saberes e fazeres culturais dos quais nossas populações camponesas, quilombolas, ribeirinhas e indígenas guardam em si as raízes dessa herança de produção agroecológica, contribuindo para o equilíbrio planetário. Segundo Campos (2021) o agroextrativismo é a combinação das duas mais antigas atividades humanas, sendo elas o extrativismo e a agricultura. São atividades que contribuem para a manutenção da vida das sociedades através dos tempos.

A pesquisa delimitou sua área de estudo aos municípios de Arinos, Buritis, Urucuia e Uruana, localizados na região do Vale do Urucuia, em Minas Gerais. Esses municípios integram um mosaico de sobreposições regionais, estando inseridos na mesorregião do Noroeste de Minas Gerais. Ademais, os municípios de Arinos e Buritis também fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), o que evidencia sua importância nas articulações territoriais e regionais.

O modo de vida da população que está inserida em áreas rurais da região do Vale do Urucuia está intimamente ligado à existência desses recursos naturais, e a permanência dessas famílias na localidade depende da disponibilidade dos recursos no ambiente. Grande parte dessa população possui uma percepção divergente quanto ao uso dos produtos da natureza. Nesse sentido, as comunidades utilizam um profundo conhecimento dos processos naturais e constroem sistemas complexos de manejo dos recursos, o que contribui para a manutenção da biodiversidade local.

Partindo dessa delimitação, a presente dissertação tem algumas perguntas para as quais buscou-se respostas: Quem são os sujeitos envolvidos no agroextrativismo inseridos na Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base em Economia Solidária - COPABASE situada no Vale do Rio Urucuia? Qual a importância da atuação da COPABASE para a agricultura familiar agroextrativista local?

Além de integrar assuntos relativos ao potencial econômico e agroecológico, à produção de alimentos e ao encurtamento de cadeias produtivas dos produtos agroextrativistas, o principal objetivo desta pesquisa é analisar as experiências agroextrativistas no Vale do Rio

Urucuia (MG), com recorte para os municípios de Arinos, Buritis, Uruana de Minas e Urucuia, abrangendo o papel da COPABASE no fortalecimento da agricultura familiar, a valorização da sociobiodiversidade e promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Os objetivos específicos desta pesquisa foram: (a) Apresentar um panorama histórico do cooperativismo e associativismo, agroextrativismo, agricultura familiar, comunidades tradicionais, economia solidária e sociobiodiversidade; (b) Descrever as características do Vale do Rio Urucuia-MG, contextualizando os municípios objetos da pesquisa, identificando o perfil socioeconômico e produtivo dos agroextrativistas (c) Apontar desafios e perspectivas referentes ao agroextrativismo e o papel da COPABASE no fortalecimento da agricultura familiar.

Esta dissertação foi desenvolvida em três capítulos. O Capítulo 1 apresenta a revisão de literatura, abordando o histórico do cooperativismo e do associativismo no Brasil, o conceito e a prática do agroextrativismo, a agricultura familiar e sua relação com povos e comunidades tradicionais, bem como a economia solidária e sua inserção no país. Também são discutidas as políticas públicas voltadas à institucionalização da economia solidária e, de forma central, a sociobiodiversidade no contexto da agricultura familiar, destacando sua relevância para a valorização dos territórios e para a construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

O Capítulo 2 trata dos aspectos metodológicos e da caracterização do objeto de estudo. Nele são descritos os procedimentos de pesquisa, a caracterização do Vale do Rio Urucuia, a contextualização geográfica e socioeconômica dos municípios participantes, além da apresentação da COPABASE, cooperativa que constitui o foco empírico da análise. O Capítulo 3 reúne os resultados e a discussão, contemplando o perfil socioeconômico dos agroextrativistas, suas motivações, a situação fundiária das áreas de coleta e a caracterização das práticas agroextrativistas no Vale do Urucuia.

Por fim, nas Considerações Finais, são retomados os objetivos da pesquisa, destacando-se as contribuições do agroextrativismo e da COPABASE para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, bem como os desafios e perspectivas que se colocam para a continuidade dessas práticas.

CAPÍTULO 1: COOPERATIVISMO, AGROEXTRATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR

1.1 Breve Histórico do Cooperativismo e Associativismo no Brasil

O cooperativismo e o associativismo têm raízes profundas na história brasileira, com origens que remontam ao século XIX, quando imigrantes europeus trouxeram consigo práticas de cooperação e organização coletiva. Desde então, esses movimentos têm desempenhado papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico, inclusão social e fortalecimento da cidadania. Esses grupos fundaram cooperativas agrícolas e de crédito com o objetivo de promover a autossuficiência e o desenvolvimento coletivo (Sampieri, 2013).

Uma das manifestações mais recorrentes relata que, apenas três anos após a fundação da pioneira cooperativa de Rochdale, o francês Jean Maurice Faivre teria implantado, em solo brasileiro, a primeira experiência cooperativista na Colônia Tereza Cristina, localizada no município de Cândido de Abreu, no coração do estado do Paraná (Pinho, 2004). Nas primeiras décadas do século XX, o Estado brasileiro passou a reconhecer o potencial do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento rural. Nesse sentido foram criadas legislações específicas a fim de fomentar cooperativas vinculadas ao setor agrícola (Cardoso, 2014). As cooperativas de crédito rural, por exemplo, surgiram como alternativa ao sistema bancário tradicional, oferecendo financiamento acessível aos pequenos produtores.

Entre as décadas de 1930 e 1950, o cooperativismo se expandiu para além da agricultura, alcançando áreas como consumo, saúde, trabalho e habitação. Essas cooperativas tornaram-se importantes agentes de transformação social, especialmente em comunidades rurais e periféricas (Josa, 2016).

De acordo com Sampieri (2013) entre 1960 e 1980 apresentou desafios para o cooperativismo no Brasil. Durante o regime militar, o governo implementou restrições e intervenções nas atividades das cooperativas, objetivando controlar essas organizações sociais. Entretanto, várias cooperativas conseguiram resistir à pressão política e continuaram suas operações, embora enfrentasse um contexto de crescente repressão.

Em 2 de dezembro de 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo realizado em Belo Horizonte, foi fundada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Essa entidade surgiu da união entre a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO). Poucos anos depois, em 1971, a OCB conquistou a promulgação da Lei nº 5.764, que passou a regulamentar o cooperativismo no país, estabelecendo a unicidade de representação nacional e reforçando a presença do Estado

na condução das ações do setor (Zanco *et al.*, 2018). A Lei nº 5.764/1971, conhecida como a Lei Geral das Cooperativas, define a Política Nacional de Cooperativismo e institui regime jurídico no âmbito das sociedades cooperativas, onde estabelece princípios como adesão voluntária, voto singular e retorno de sobras proporcional às operações de cada associado, além de características de funcionamento e deliberação (Brasil, 1971). A referida Lei também se aplica diretamente às cooperativas agropecuárias, bem como aos instrumentos e programas que buscam fortalecer o setor.

Vale ressaltar que a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) representou um marco para o cooperativismo e o associativismo brasileiros. Tendo em vista que o Artigo 5º, inciso XVIII, assegurou autonomia às cooperativas, vedando a interferência estatal em seu funcionamento: “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (Brasil, 1988).

Em 1990 com a redemocratização, o cooperativismo viveu um novo ciclo de ressurgimento e fortalecimento. Novas legislações foram implementadas a fim de fortalecer o setor, e surgiram cooperativas em áreas como educação, tecnologia e saúde (Cardoso, 2014). A partir desse momento, o cooperativismo passou a ser visto como uma estratégia de inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável. Segundo Macedo (2018):

O cooperativismo é um modelo econômico e social baseado na cooperação entre indivíduos com interesses comuns, visando o benefício mútuo e o desenvolvimento coletivo. As cooperativas operam de acordo com os princípios cooperativistas, que incluem a adesão voluntária e aberta, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação e formação, cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade (Macedo, 2018. p 63).

A partir dos anos 2000, o cooperativismo passou a dialogar frente aos princípios da economia solidária, especialmente por meio da atuação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) criada em 2005, em Luziânia-GO. Essa entidade representa cooperativas que atuam na produção agroecológica, no comércio justo e na valorização da agricultura familiar (Unicafes, 2023). Dentro desse contexto, é possível citar dois exemplos nacionais de cooperativas voltadas para fortalecimento da organização coletiva voltada à sustentabilidade, à inclusão produtiva e à valorização dos territórios vinculadas à Unicafes, a Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base em Economia Solidária (COPABASE) e a Central do Cerrado.

A Central do Cerrado, deu início as atividades em 2004 como central de comercialização solidária. Atualmente sediada em Brasília-DF, a organização atua como facilitadora do acesso a mercados, valorizando produtos nativos, saberes tradicionais e práticas de produção

sustentável. Além de gerar renda para extrativistas e agricultores familiares, contribui para a conservação da sociobiodiversidade e fortalece estratégias colaborativas voltadas ao desenvolvimento territorial (Central do Cerrado, 2025). A COPABASE parte do objeto de estudo desta dissertação de mestrado, foi fundada em 2008, em Arinos-MG e tem como objetivo fortalecer agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas da sociobiodiversidade do Cerrado (COPABASE, 2021).

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Brasil conta atualmente com 4.384 cooperativas e mais de 25,8 milhões de cooperados, o setor gerou 578.035 empregos diretos e movimentou R\$ 757,9 bilhões em ingressos. A ampla presença territorial, com atuação em mais de 64% dos municípios brasileiros, reforça o processo evolutivo e o papel estratégico das cooperativas na promoção do desenvolvimento local, inclusão produtiva e redução das desigualdades (OCB, 2024). A Tabela 1 apresenta os principais indicadores do cooperativismo brasileiro em 2024, evidenciando sua relevância econômica e social.

Tabela 1: Principais indicadores do cooperativismo brasileiro - 2024

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregos	Ingressos (R\$ bilhões)
Agropecuário	1.172	1.091.560	268.279	438,3
Consumo	211	2.564.460	16.085	7,6
Crédito	689	20.123.965	121.825	165,4
Infraestrutura	264	1.451.793	6.963	6,0
Saúde	699	270.430	150.841	123,7
Trabalho/Serviços	597	187.235	8.268	4,8
Transporte	752	114.878	5.774	12,1
Total	4.384	25.804.281	578.035	757,9

Fonte: OCB, 2024; adaptado pelo autor.

Ao fazer um recorte para o estado de Minas Gerais, a atuação da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG), entidade que representa oficialmente o cooperativismo mineiro, tem sido fundamental para o fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar no Noroeste de Minas Gerais. Na Tabela 2 entre os anos de 2010 e 2025, observa-se um crescimento expressivo no número de agroindústrias familiares coletivas, que passou de cerca de 300 para 620 unidades em todo o estado. Além disso, foram registradas 32.099 agroindústrias familiares individuais, com produção anual superior a 146 mil toneladas de alimentos. O setor cooperativista gerou mais de 57 mil empregos diretos e movimentou R\$

3,1 bilhões em renda, refletindo o impacto das políticas públicas como o Programa Estadual do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar de Minas Gerais (COOPERA-F-MG), instituído pelo Decreto nº 47.999/2020 (Brasil, 2020; OCEMG, 2025; Silva; Oliveira, 2021).

Tabela 2: Indicadores das agroindústrias familiares e cooperativas (2010-2025)

Indicador	2010	2025
Agroindústrias familiares coletivas (cooperativas)	Cerca de 300 cooperativas	620 cooperativas
Agroindústrias familiares individuais	Dados não consolidados*	32.099 unidades
Produção anual de alimentos	Não disponível	≥146 mil toneladas
Participação em programas públicos (PAA/PNAE)	Acesso limitado, com barreiras logísticas	Expansão com apoio do COOPERA-F-MG
Renda gerada pelo setor cooperativista (MG)	Não estimado**	R\$ 3,1 bilhões
Empregos diretos gerados pelas cooperativas (MG)	Não estimado**	57.380 empregos

Fonte: COOPERA-F-MG, 2025; adaptado pelo autor, 2025.

É preciso enfatizar que, a OCB representa majoritariamente cooperativas tradicionais, enquanto a Unicafe tem se destacado como articuladora de cooperativas voltadas à economia solidária e à agricultura de base familiar. Segundo Pires (2009), o início do cooperativismo agropecuário no Brasil caracterizou-se por uma estrutura autoritária que desconsiderava os interesses dos agricultores familiares. As iniciativas eram direcionadas à produção para exportação, beneficiando especialmente os grandes proprietários de terra e favorecendo a monocultura. Em contrapartida, pequenos produtores, camponeses e demais agricultores cuja produção era baseada na estrutura familiar, encontravam-se progressivamente marginalizados nesse contexto.

De acordo com Gregolin *et al.* (2017), a Unicafe surgiu como contraponto ao cooperativismo tradicional, historicamente vinculado ao agronegócio, buscando estruturar uma rede de cooperativas populares e solidárias comprometidas com a inclusão produtiva e a soberania alimentar. Para Zanco *et al.* (2018), as cooperativas ligadas ao sistema Unicafe desempenham papel fundamental na dinamização socioeconômica de territórios rurais, ainda que apresentem desafios em gestão e governança.

No contexto brasileiro, o cooperativismo exerce função fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar, segmento frequentemente marginalizado em virtude de políticas voltadas predominantemente ao agronegócio. Enquanto grandes propriedades

monocultoras recebem maior atenção, a agricultura familiar, caracterizada pela diversidade produtiva e gestão em pequenas propriedades, encontra no cooperativismo um instrumento estratégico para acesso a recursos, inovação tecnológica e mercados (Moraes; Schwab, 2019). A estruturação em cooperativas contribui para o aumento da renda dos agricultores familiares, a diversificação das produções e o desenvolvimento rural sustentável, promovendo a valorização territorial e fortalecendo a economia local (Moreira, 2021).

De acordo com Josa (2016), o cooperativismo é efetivamente incentivado tanto por instituições governamentais quanto por organizações da sociedade civil, e conta com o suporte de extensionistas rurais e estudiosos do desenvolvimento, sendo considerado uma estratégia crucial para a inclusão e a formalização econômica. Essa perspectiva ressalta os princípios essenciais que norteiam o cooperativismo, como a gestão democrática pelos associados, a colaboração entre as cooperativas (Intercooperativismo) e a atenção ao bem-estar da comunidade.

O escopo de uma cooperativa reside em estabelecer uma estrutura formal que viabilize a ação econômica coletiva, buscando superar as relações de exploração que permeiam a sociedade capitalista. Com isso, pretende-se não apenas incrementar a produtividade, mas também eliminar intermediários que possam comprometer a rentabilidade dos trabalhadores, assim como agregar valor aos produtos mediante estratégias tais como a escala de comercialização e agroindustrialização. Através do cooperativismo, os trabalhadores se organizam em um sistema democrático, onde cada membro detém direitos iguais de participação e decisão, independentemente do montante investido. Essa modalidade organizacional não apenas reforça a posição dos trabalhadores no mercado, mas também estimula a solidariedade e promove a autonomia econômica das comunidades (Josa, 2016).

No centro do cooperativismo reside a convicção na habilidade dos indivíduos de se unir para construir um futuro aprimorado, fundamentado na cooperação, solidariedade e justiça social. Ao esforçar-se para transcender as desigualdades e injustiças presentes na sociedade capitalista, o cooperativismo proporciona uma perspectiva motivadora acerca de como a economia pode ser estruturada de maneira mais justa e sustentável. Para Sampieri (2013), associações de bairro, sindicatos, clubes recreativos e organizações profissionais têm sido importantes formas de mobilização social e defesa de interesses coletivos. O associativismo fortaleceu a participação cidadã e contribuiu para o desenvolvimento de uma sociedade civil vibrante e engajada.

O cooperativismo e o associativismo constituem relevantes manifestações da solidariedade humana e da busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Em território

brasileiro, esses movimentos têm exercido funções fundamentais na promoção do desenvolvimento econômico, na otimização das condições de vida das comunidades e na edificação de uma democracia participativa. Não obstante os desafios enfrentados ao longo da história, o cooperativismo e o associativismo persistem em prosperar e a fomentar ações coletivas em direção a um futuro mais promissor.

Em 2024, o cooperativismo e o associativismo rural ganharam novo impulso com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, do Associativismo e dos Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar, instituído pelo Decreto nº 12.088, de 3 de julho de 2024 (Brasil, 2024²). Conhecido como “Coopera Mais Brasil”, o programa tem como objetivo ampliar o apoio às organizações da agricultura familiar, promovendo inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável.

O Coopera Mais Brasil atua com base em seis eixos estruturantes: produção; infraestrutura e logística; abastecimento e acesso a mercados; fomento e crédito; valorização de identidades produtivas e saberes tradicionais; e disseminação de conhecimento, pilares que visam fortalecer as bases econômicas e sociais da agricultura familiar, promovendo autonomia, inovação e justiça social no campo (Brasil, 2024).

Diante dessa trajetória histórica, observa-se que o cooperativismo e o associativismo não são meramente respostas às crises econômicas ou à exclusão social, mas sim expressões profundas de uma lógica coletiva que perpassa diversas civilizações e períodos históricos. A análise das origens e do desenvolvimento desses movimentos revela que a busca por soluções colaborativas para os desafios sociais, econômicos e culturais é inerente à experiência humana.

Ao longo do tempo, a cooperação se consolidou como um instrumento poderoso de transformação social, promovendo não apenas a subsistência, mas também a dignidade, a autonomia e a justiça para comunidades inteiras. Assim, ao compreender o cooperativismo sob essa perspectiva histórica e filosófica, amplia-se a percepção sobre seu potencial emancipador, capaz de inspirar práticas econômicas mais inclusivas e sustentáveis. O resgate dessas raízes e o reconhecimento de seus protagonistas históricos não apenas enriquece o debate contemporâneo, como também reafirma a relevância do cooperativismo como uma alternativa sólida para a construção de um futuro mais justo e coletivo.

² Entre os beneficiários estão os agricultores e empreendedores familiares rurais, conforme definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2006); os empreendimentos e associações da agricultura familiar mencionados no Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 (Brasil, 2017); as cooperativas regidas pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (Brasil, 1971); os empreendimentos solidários registrados no CADSOL; e as organizações vinculadas aos grupos prioritários da Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 (Brasil, 2023).

1.2 Agroextrativismo

O agroextrativismo, entendido como a articulação entre práticas de extrativismo e agricultura, configura-se como um sistema produtivo ancestral que alia a coleta de produtos nativos ao cultivo de espécies agrícolas, garantindo tanto a subsistência quanto a geração de renda e a preservação de saberes tradicionais. Segundo Bispo (2020, p. 51), trata-se da “combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento”, conforme definido na legislação brasileira. Scariot (2015) observa que o agroextrativismo no Cerrado é amplamente disseminado, mas ainda pouco reconhecido, enquanto os autores Borges *et al.* (2020, p. 330) destacam que essa prática reúne “alimentação com produção e cultura, de modo a combinar também sustento alimentar e geração de renda”.

Sob uma ótica conceitual, o extrativismo refere-se a uma prática social que consiste na extração de recursos naturais acessíveis, englobando fontes animais, vegetais e minerais. É importante destacar que existe uma distinção entre agroextrativismo e extrativismo sob a perspectiva conceitual. Nesse sentido, o agroextrativismo é uma prática adotada por agricultores familiares que consideram o extrativismo como uma atividade complementar à produção agropecuária, ou vice-versa. Assim, o conceito de agroextrativismo abrange simultaneamente as atividades de agricultura, pecuária em pequena escala e extrativismo (Bispo, 2014).

O extrativismo é caracterizado como “a exploração dos recursos naturais (animais e vegetais) em ecossistemas variados e direcionados a diferentes mercados” (Mota *et al.*, 2014, p.191), incluindo também o extrativismo mineral. Por outro lado, a agricultura familiar é regulamentada pela Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece que o agricultor familiar deve possuir no máximo quatro módulos fiscais³, empregar predominantemente mão de obra da própria família, obter renda das atividades econômicas do seu estabelecimento e gerenciar sua propriedade juntamente com sua família (Brasil, 2006).

No contexto brasileiro, essa atividade revelou-se crucial para a economia, conforme evidenciado pelos ciclos do pau-brasil, ouro e borracha (Bispo; Diniz, 2014). A noção de extrativismo pode ser integrada à agricultura familiar, resultando na expressão agroextrativismo, que surge da combinação de duas atividades distintas desenvolvidas no ambiente rural: a agricultura e o extrativismo (Afonso, 2012).

³ A definição do módulo fiscal, oscila conforme as especificidades agroecológicas de cada localidade, o que pode resultar em desigualdades na demarcação das propriedades e na implementação da legislação. No estado de Minas Gerais, um módulo fiscal varia entre 5 e 65 hectares.

Corroborando com essa afirmativa, Bispo e Diniz (2014) consideram que a agricultura e o extrativismo se complementam, visto que a atividade agroextrativista pode se caracterizar como a principal fonte de renda ou renda complementar do núcleo familiar. Para além disso, esse conceito está ligado a multifuncionalidade da agricultura familiar, pois extrapola a questão agrícola ao considerar a função social da terra, as características relacionadas aos modos de vida, à soberania alimentar e ao desenvolvimento rural sustentável. Nessa perspectiva, para Cazzela, Bonnal e Maluf (2009):

[...] quando se trata da agricultura familiar, a multifuncionalidade aparece representada em quatro funções definidas: I- reprodução socioeconômica das famílias rurais; II- promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; III- manutenção do tecido social e cultural; e IV preservação dos recursos naturais e paisagem rural (Cazzela, Bonnal; Maluf, 2009, p. 18).

O agroextrativismo é definido como a “combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento” (Dutra; Souza, 2017, p. 111). Contudo, o termo carrega, em si, um significado complexo, que vai além de uma visão econômica isolada e simplificada. As famílias desempenham um papel de guardiãs da biodiversidade.

No contexto econômico, o agroextrativismo tem se destacado. No entanto, é importante ressaltar que essa atividade sempre esteve intrinsecamente ligada ao modo de vida, à cultura e à soberania alimentar das comunidades tradicionais. Os recursos naturais são aproveitados para atender às necessidades essenciais dessas comunidades, como alimentação, uso medicinal e doméstico fabricação de utensílios e moradia. Mais recentemente, o excedente desses recursos tem sido utilizado para a geração de renda (Dutra; Souza, 2017).

Ao trazer o agroextrativismo para o modo de vida da população que está inserida no Vale do Urucuia, cabe ressaltar que o bioma Cerrado apresenta uma vasta biodiversidade, especialmente de frutos com alto valor nutricional, sabores e aromas únicos, com propriedades características e com grande aceitação entre consumidores que privilegiam alimentos sustentáveis (Reis; Schmiele, 2019).

É notório que o Brasil se mostra como um importante campo para as práticas agroextrativistas, visto que possui uma das maiores sociodiversidade e um elevado endemismo do planeta. No entanto, mesmo com toda essa biodiversidade, a valorização e a comercialização dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) são incipientes no Brasil e são ferramentas importantes para a promoção da bioeconomia da floresta, sendo essencial na busca pelo desenvolvimento sustentável (Afonso, 2022; Marchetti; Palahí, 2020).

No ano de 2009, a Instrução Normativa Conjunta nº 17, editada em 28 de maio pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Meio Ambiente

(MMA), no âmbito da Lei de Agricultura Orgânica nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, prevê o processo de desenvolvimento de atividades agroextrativistas e estabelece agroextrativismo como:

[...] combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento; é orientado para diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e das práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais (Brasil, 2007, s.p).

As práticas agroextrativistas inseriram o campesinato na lógica de produção de bens para consumo e comercialização, desse modo, contribuem para a permanência da população no campo desenvolvendo uma produção agropecuária sustentável correlacionada com a conservação dos ecossistemas e a manutenção da biodiversidade. Nesse aspecto, Carrazza (2009) define que:

[...] o agroextrativismo é um modelo de produção familiar que combina a coleta e o aproveitamento da biodiversidade nativa com a produção agrícola e pecuária. Acontece a partir do uso de tecnologias apropriadas e é focado na subsistência com excedente direcionado para o mercado. Tem sua viabilidade econômica e ambiental associada à diversificação da produção. Representa um modelo efetivo de fixação rural que concilia conservação ambiental com inclusão social e melhoria de qualidade de vida para as comunidades envolvidas e para a população como um todo (Carrazza, 2009, p. 270).

Destaca-se a relevância dos conhecimentos tradicionais, da cultura e dos valores, que promovem, por meio das comunidades, o equilíbrio e a preservação das espécies através de práticas sustentáveis. Tal abordagem contrasta significativamente com a realidade dicotômica observada nos modelos convencionais de produção.

Sob uma perspectiva conceitual, a atividade agroextrativista deve ser analisada considerando a integração entre saberes tradicionais e resultados científicos, especialmente por meio da abordagem dos sistemas agroflorestais agroecológicos, conforme apontam Paludo e Costabeber (2012, p.67), são sistemas de produção agrícola que consorciavam espécies florestais (frutíferas e/ou madeiras) com cultivos agrícolas e em alguns casos também animais, na mesma área e em uma sequência temporal.

Dando continuidade ao que foi exposto, é possível aprofundar a compreensão sobre o papel das políticas públicas na consolidação do agroextrativismo como uma estratégia viável de desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, tais políticas são fundamentais para garantir não apenas o uso equilibrado dos recursos naturais, mas também a valorização dos saberes tradicionais, a proteção dos territórios e a promoção da justiça social no campo.

A atuação do Estado, por meio de programas voltados à regularização fundiária, à formação de cooperativas, à educação ambiental e ao incentivo à produção sustentável, fortalece a autonomia das comunidades tradicionais e contribui para sua permanência no território (Brasil, 2025a; Brasil, 2025b). Essas ações tornam-se ainda mais relevantes diante das constantes ameaças impostas pela expansão do agronegócio, que frequentemente desconsidera as especificidades culturais e ecológicas dessas populações (Ministério Público Federal, 2024).

Nesse contexto, o agroextrativismo se configura como mais do que uma atividade econômica: trata-se de um modo de vida profundamente integrado à natureza, sustentado por práticas ancestrais e pela convivência respeitosa com os ecossistemas locais (Instituto Sociedade, População e Natureza [ISPAN], 2023). A resistência das comunidades tradicionais, portanto, não se limita à oposição ao avanço do capital sobre seus territórios, mas envolve a construção de alternativas baseadas na solidariedade, na sustentabilidade e na autonomia coletiva (COPABASE, 2021).

Em um contexto global que demanda soluções sustentáveis, o agroextrativismo é considerado uma prática relevante para integrar o desenvolvimento econômico à conservação dos recursos naturais (Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais [CONAFER], 2024). Essa abordagem busca proteger ecossistemas e biodiversidade, evitando o desmatamento extensivo causado por monoculturas. O agroextrativismo apresenta potencial socioeconômico, cultural e ambiental, combinando geração de renda com ações de conservação e, em alguns casos, restauração de áreas degradadas (Scariot, 2018).

A integração entre políticas públicas eficazes, práticas produtivas sustentáveis e valorização dos saberes locais permite vislumbrar um modelo de desenvolvimento rural que respeite a diversidade sociocultural e ecológica do país. O reconhecimento e o fortalecimento do agroextrativismo, aliados ao protagonismo das populações do campo, constituem passos essenciais na construção de um futuro mais justo, sustentável e inclusivo.

1.3 Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais

Agricultura familiar, no entendimento de Wanderley (1999), é aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e ao mesmo tempo assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Para Abramovay (2010), a agricultura familiar é aquela onde a gestão e a maior parte do trabalho desenvolvido na propriedade vêm de pessoas que possuem entre si vínculos de sangue ou de casamento.

No Brasil, a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu Artigo 3º considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Basicamente, esta Lei regulamenta as características da agricultura familiar brasileira para fins de formulação de políticas públicas visando o fortalecimento do segmento na produção e, conseqüentemente, na existência da categoria. Tanto que no parágrafo 2º da Lei traz a definição de quem são seus beneficiários:

- I - Silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - Aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - Extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;
- IV - Pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.
- V - Povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)
- VI - Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011) (Brasil, 2006).

Para além do conceito de agricultura familiar, cabe ressaltar que essa atividade é referência em relação ao abastecimento do mercado interno, à geração de emprego no campo, geração de renda, à preservação ambiental e a produção diversificada (Del Grossi; Marques, 2010). Os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil estão classificados dentro do segmento da Agricultura Familiar, empregando mais de 10 milhões de indivíduos, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas no campo. O estado com maior proporção de mão de obra familiar foi a Bahia (15%), seguido de Minas Gerais com 11% (IBGE, 2017).

Segundo o relatório *The State of Food and Agriculture* (SOFA), de 2014, aproximadamente 500 milhões de agricultores familiares no mundo são responsáveis pela produção de 80% dos alimentos no mundo, revelando o protagonismo na promoção da

diversidade produtiva e garantia de segurança alimentar (FAO, 2014; Graeub *et al.*, 2016). Ao fazer um recorte para a segurança territorial e a agricultura familiar é preciso considerar que os povos tradicionais compõem o conhecimento ecológico tradicional em que acumulam conhecimento, crença e práticas que evoluem por meio da adaptação dos processos que são passados de geração em geração por transmissão cultural entre seres vivos e com o ambiente onde as comunidades estão inseridas (Berkes *et al.*, 2000).

Segundo Diegues (2000), povos e comunidades tradicionais são grupos sociais que vivem em estreita relação com a natureza, desenvolvendo práticas culturais, econômicas e religiosas próprias. Arruda (1999) destaca que esses povos se organizam de forma coletiva e mantêm um conhecimento tradicional transmitido entre gerações. De acordo com Lima (2011), os ribeirinhos são comunidades que vivem às margens dos rios, dependendo da pesca, agricultura de várzea e do extrativismo para subsistência. Murrieta (1998), ressalta ainda que sua vida é profundamente ligada ao ciclo das águas (cheia e vazante dos rios), o que influencia diretamente na produção de alimentos e no modo de vida.

As comunidades tradicionais, conforme o Decreto nº 6.040/2007, abrangem diferentes grupos sociais que mantêm “formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica” (Brasil, 2007). Dentro desse conjunto, os ribeirinhos possuem especificidades, pois sua identidade está diretamente ligada ao ambiente fluvial. Pojo *et al.* (2014, p. 183) afirmam que “o fluxo e o tempo-espço das águas é que dirigem a vida ribeirinha”, evidenciando a centralidade do rio em sua organização social e cultural.

Os Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Locais (TICCAs) correspondem a regiões ocupadas por grupos cujos modos de vida colaboram significativamente para a conservação da biodiversidade e de seus diversos valores associados. Tal conceito constitui um paradigma que amplia o alcance e as estratégias científicas e de gestão voltadas à preservação ambiental. O reconhecimento efetivo dos povos e comunidades tradicionais e locais abrangidos pelo conceito de TICCAs representa um instrumento relevante nos âmbitos social, ecológico, ambiental e climático (Queiroz, 2024).

No Cerrado, os territórios reconhecidos como TICCAs abrangem uma ampla diversidade de identidades cerratenses, incluindo Quilombolas, Agricultores Familiares, Indígenas, Extrativistas, Geraizeiros, membros de Fundo e Fecho de Pasto, Ribeirinhos, Pescadores Artesanais, Veredeiros, Quebradeiras de Coco-Babaçu, Benzedeiros, Vazanteiros, Comunidades Tradicionais, Ciganos, Retireiros e Povos de Terreiros. Essas populações apresentam uma atuação constante na resistência à grilagem, ao desmatamento, às queimadas,

à contaminação do solo e da água, bem como a restrições de acesso à água e a outros recursos essenciais para sua manutenção (Rigotto *et al*, 2022).

Vale ressaltar que as características de cada grupo são moldadas por sua trajetória histórica de luta, pelas pressões externas e pelos contatos socioculturais estabelecidos e mantidos ao longo do tempo (Maretti; Simões, 2020). Nessa perspectiva, o conceito de povos e comunidades tradicionais deriva de demandas territoriais e ambientais, servindo como estratégia de resistência para proteção de territórios em conflito com a expansão de fronteiras, sendo a defesa territorial o elemento agregador desses grupos que atuam em processos de territorialização (Little, 2004).

Nessa mesma linha, Silva Araújo (2023, p. 12) descreve o território ribeirinho como “um espaço vivido, formado por itinerários simbólicos e relações afetivas, mais do que por estruturas de poder”. Mais recentemente, Pereyra (2021) observa que o conhecimento ecológico local dos pescadores ribeirinhos revela percepções sensíveis sobre as mudanças climáticas, notadamente na pesca e no calendário agrícola.

Dessa forma, compreende-se que, enquanto as comunidades tradicionais representam um conceito amplo, os ribeirinhos constituem um grupo específico, marcado pela relação vital com o rio, pela transmissão intergeracional de saberes e pela capacidade de adaptação diante das mudanças socioambientais.

O direito à terra permite que as práticas agroextrativistas garantam o acesso aos recursos naturais que são essenciais à sobrevivência e manutenção do modo de vida das comunidades e povos tradicionais. A agricultura de base agroecológica, muitas vezes associada ao extrativismo de frutos que são nativos do Cerrado, contribui para a conservação do solo e da água, além de manter a biodiversidade local.

1.4 Economia Solidária e sua inserção no Brasil

A compreensão da economia solidária exige, inicialmente, uma reflexão sobre o conceito de economia e sua função na organização social. Segundo Inácio (2021), a economia constitui um campo de saber que se dedica à análise da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, sendo fundamental para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Para Bertucci, *et al.*, (2010):

Quando falamos em economia estamos nos referindo àquelas atividades de produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços. O termo economia vem do grego, formado pelas palavras *oikos* (casa) e *nomos* (costume ou lei). Daí o seu significado de regras para o cuidado com a casa, com o ambiente onde se vive. Cuidar significa atender as necessidades da casa, ou seja, das pessoas que compõem a casa (Bertucci, *et al.*, 2010, p.8).

Segundo Bertucci et al. (2010), a economia pode ser entendida como um conjunto de medidas sociais que buscam solucionar ou reduzir a relação entre as necessidades de indivíduos e grupos humanos e os recursos disponíveis para atendê-las.

No sistema econômico capitalista as atividades econômicas são orientadas para gerar riquezas que são acumuladas ou apropriadas por aqueles que possuem bens, capital, recursos e conhecimentos. O capitalista tem por base a propriedade privada dos bens, dos recursos e, o mais importante de tudo, dos meios ou dos fatores de produção: os equipamentos, as empresas, a propriedade da terra etc. Nas sociedades capitalistas, quem não possui esses recursos não consegue satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, moradia, proteção, saúde, locomoção, educação, lazer...) e continua na pobreza. Além disso, quem não tem bens e recursos tem que vender a sua capacidade de trabalhar para gerar riquezas. Por isso, a maior parte das pessoas possui apenas a própria força de trabalho que é vendida para quem já tem bens e riquezas acumuladas (o capital), em troca de um salário. Mesmo assim, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados/as não conseguem satisfazer suas necessidades fundamentais com a renda obtida no trabalho. O pior é que nem sempre há como exercer essa “liberdade” ou necessidade de vender a força de trabalho. Com isso, o desemprego significa a condenação à miséria para milhões de pessoas (Bertucci, *et al.*, 2010, p.9).

A Economia Solidária representa uma alternativa de modo de produção, fundamentada na propriedade coletiva ou associativa dos meios de capital e no respeito à autonomia individual de cada participante. A partir dessa perspectiva, a Economia Solidária emerge como uma alternativa ao modelo econômico tradicional, pautada em princípios de cooperação, autogestão, solidariedade e valorização do trabalho humano. Diversos estudiosos contribuíram para a consolidação desse conceito no Brasil, como Paul Singer, considerado um dos principais teóricos da área, que defende a economia solidária como instrumento de inclusão social e democratização econômica (Singer, 2002). Para Singer (2002, p. 9-10):

Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos.

Segundo Singer (2002), a economia solidária emergiu no Brasil como resposta ao desemprego estrutural e à exclusão social, apresentando-se como uma alternativa viável ao modelo capitalista tradicional. Esse processo se deu por meio de empreendimentos coletivos e autogestionários, que priorizam o trabalho sobre o capital e promovem uma distribuição mais equitativa dos resultados, buscando garantir justiça social e inclusão produtiva. Nessa perspectiva, os empreendimentos solidários são compreendidos como experiências que vão além da geração de renda, pois criam espaços de participação cidadã e de exercício da

democracia, resgatando o sentido coletivo da atividade econômica e fortalecendo valores de cooperação, confiança mútua e solidariedade.

Segundo Metello (2007, p. 12), “tanto no Brasil quanto no mundo, a história da economia solidária se confunde com a do cooperativismo”. Singer (2004) assinala que a economia solidária surge na primeira metade do XIX, na Inglaterra. Naquele momento, se formam as primeiras configurações comunitárias de organização de produção e de consumo, como cooperativas de operários fabris e colônias autossuficientes em consumo. No Brasil, as primeiras cooperativas de produção se formam no final do século XIX. A primeira delas surge no meio rural, em 1892, no Rio Grande do Sul.

Essa trajetória histórica demonstra que as origens da economia solidária estão profundamente conectadas às experiências de organização coletiva do trabalho e do consumo, tanto internacionalmente quanto no Brasil. A partir das primeiras cooperativas inglesas e das iniciativas rurais brasileiras, o movimento foi ampliando sua base, incorporando aos princípios de cooperação, autogestão e solidariedade que se consolidaram ao longo das décadas.

Esse desenvolvimento histórico é fundamental para compreender o papel da Economia Solidária como alternativa ao modelo capitalista dominante, pois, ao reunir práticas colaborativas e democráticas, o movimento fortalece os vínculos comunitários e cria espaços inovadores de produção de base agroecológicas e convivência. Dialogando diretamente com as contribuições de Razeto (1999) sobre cooperação e solidariedade, e percebe-se que a economia solidária, ao se expandir e diversificar, passou a ser reconhecida não apenas como resposta às demandas econômicas, mas também como instrumento de transformação social, capaz de promover cidadania, autonomia e justiça social em diferentes contextos.

A Economia Solidária se destaca como alternativa ao capitalismo, promovendo práticas colaborativas, democráticas e fortalecendo comunidades. Conforme Razeto (1999), ela atua não só atendendo demandas econômicas, mas também como agente de transformação social, impulsionando cidadania e justiça. Para Cabanes e Gómes (2014) a economia solidária converge com abordagens agroecológicas que defendem sistemas alimentares mais justos e ecológicos, ampliando as práticas de colaboração tanto no âmbito econômico quanto agroalimentar.

Para Razeto (1999), a chamada “*economía de solidaridad*” fundamenta-se na cooperação e na eficiência produtiva vinculada à solidariedade social. De acordo com o autor, essa forma de organização não apenas responde a necessidades econômicas imediatas, mas também promove modos democráticos de convivência, fortalecendo os laços comunitários e a autonomia dos sujeitos envolvidos. Essa concepção permanece atual, sendo constantemente

retomada em análises contemporâneas sobre a economia solidária na América Latina, onde tais práticas se consolidam como instrumentos de resistência social e de fortalecimento da cidadania. A contribuição de Razeto ajuda a compreender que a economia solidária não se limita ao aspecto econômico, mas também abrange dimensões éticas, políticas e culturais que tornam sua prática um movimento transformador no tecido social.

A literatura mais recente amplia esse entendimento, destacando que a economia solidária representa uma forma inovadora de organizar a produção e a vida em sociedade. Gaiger *et al.* (2018) enfatizam que sua racionalidade não está orientada para o acúmulo de capital, mas sim para a reprodução ampliada da vida, baseada na autogestão, na solidariedade e na cooperação entre os trabalhadores. Esses valores conferem ao movimento caráter contra hegemônico, capaz de enfrentar os limites impostos pela lógica capitalista dominante. Além disso, estudos contemporâneos têm associado a economia solidária a perspectivas do “*Buen Vivir*” e da economia feminista, ampliando sua base conceitual e relacionando-a às epistemologias do Sul, à valorização das comunidades tradicionais e à justiça de gênero (Tenório; Araújo, 2020). Essa aproximação evidencia a diversidade de leituras possíveis, mostrando que a economia solidária se conecta a diferentes agendas de transformação social, especialmente em tempos de agravamento das desigualdades e das crises ambientais.

Dados recentes revelam a dimensão dessa prática no Brasil. Segundo informações do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES), divulgadas pela Unicopas, existem atualmente cerca de 19.708 empreendimentos solidários no país, envolvendo mais de 1,4 milhão de pessoas associadas em quase 3 mil municípios, com movimentação econômica estimada em 12 bilhões de reais anuais (Unicopas, 2024). Esses números evidenciam a relevância e o impacto da economia solidária não apenas como forma de inclusão produtiva, mas também como modelo econômico alternativo, capaz de gerar desenvolvimento local, sustentabilidade e cidadania. Além do impacto econômico, os empreendimentos solidários desempenham um papel social fundamental, pois criam redes de apoio comunitário, promovem a igualdade de gênero, fortalecem a agricultura familiar e estimulam a consciência ambiental, articulando o desenvolvimento com a preservação dos recursos naturais.

Dessa forma, a economia solidária pode ser compreendida como um campo dinâmico e multifacetado, que articula dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas. Mais do que uma resposta conjuntural ao desemprego ou à exclusão, ela representa uma proposta de reorganização social em bases mais justas e cooperativas, fortalecendo a democracia e promovendo novas formas de viver, produzir e conviver. Sua relevância, portanto, não se restringe a um conjunto de práticas pontuais, mas aponta para um projeto de sociedade capaz

de enfrentar os desafios contemporâneos, incluindo a precarização do trabalho, as desigualdades sociais e a crise ambiental. Ao propor um modelo baseado na cooperação, na solidariedade e na sustentabilidade, a economia solidária reafirma-se como um caminho promissor para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

1.6 Política pública e institucionalização da Economia Solidária no Brasil

A trajetória da economia solidária no Brasil está fortemente associada à sua crescente institucionalização no âmbito das políticas públicas. Desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em 2003, vinculada ao então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), houve um processo de reconhecimento oficial do tema como parte da agenda de desenvolvimento nacional. Essa secretaria desempenhou papel central na formulação de políticas específicas para os empreendimentos econômicos solidários, articulando programas de apoio técnico, linhas de financiamento e instrumentos de fomento, como o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e o mapeamento de iniciativas por meio do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol) (SENAES/MTE, 2013).

De acordo com o MTE (2023), a recriação da Senaes representou um marco importante na retomada do compromisso estatal com a economia solidária após um período de enfraquecimento das políticas sociais voltadas ao setor. Essa retomada culminou na promulgação da Lei nº 15.068/2024, que instituiu a Política Nacional de Economia Solidária. Essa lei não apenas formalizou o tema no ordenamento jurídico brasileiro, mas também criou o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes), estabelecendo diretrizes claras para os empreendimentos solidários, tais como a promoção da autogestão, a valorização do trabalho humano, a preservação ambiental, a inclusão social e a prática do comércio justo (Brasil, 2024).

Os pilares da economia solidária, já apontados pela Senaes/MTE (2013), continuam a orientar a formulação de políticas públicas no setor, destacando-se a autogestão, a cooperação, a democracia participativa e a sustentabilidade. Essas diretrizes foram incorporadas em programas federais e estaduais que visam fortalecer a economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, integrando-a também a debates contemporâneos sobre a transição ecológica, a economia circular e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU (Souza; Tenório, 2019; Silva Júnior, 2022).

No plano federativo, diversos estados e municípios brasileiros também criaram políticas próprias de fomento à economia solidária, implementando fundos de crédito solidário,

incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs) e marcos legais que buscam garantir segurança jurídica às iniciativas coletivas. Além disso, a articulação entre movimentos sociais, universidades e governos locais fortaleceu redes como a Unicopas (União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), que têm desempenhado papel ativo na mobilização política e na construção de propostas de políticas públicas (Unicopas, 2024).

A institucionalização da economia solidária no Brasil, portanto, não pode ser vista apenas como resultado de ações governamentais, mas como fruto de uma construção coletiva que envolve organizações da sociedade civil, movimentos sociais, cooperativas e associações comunitárias. Esse processo tem permitido consolidar a economia solidária como política de Estado, inserida em um projeto mais amplo de desenvolvimento sustentável, de combate à pobreza e de fortalecimento da democracia econômica.

1.8 Sociobiodiversidade no contexto da agricultura familiar

A diversidade biológica, especialmente a variedade de espécies utilizadas na alimentação, desempenha papel essencial na promoção da segurança alimentar e nutricional, além de garantir o direito humano à alimentação adequada. Essa diversidade é fundamental para assegurar dietas equilibradas, ricas em nutrientes como vitaminas e fibras, indispensáveis à saúde. Além disso, os alimentos variados carregam significados culturais e históricos, compondo o patrimônio imaterial de diferentes povos e comunidades por meio de seus hábitos alimentares (Brasil, 2014).

O Brasil se destaca como o país com maior biodiversidade entre os 18 reconhecidos mundialmente. Estima-se que entre 15% e 20% da biodiversidade global esteja presente em território brasileiro, com mais de 49 mil espécies vegetais e cerca de 116 mil espécies animais catalogadas (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa [RNP], 2020, 2020). Essa riqueza natural inclui uma ampla gama de plantas com potencial alimentício, considerando que entre 10% e 20% da flora mundial pode ser utilizada na alimentação (Brack *et al.*, 2016).

No contexto dos sistemas agrícolas e alimentares, cresce o debate sobre a necessidade de fortalecer práticas que promovam maior sustentabilidade. As abordagens agroecológicas ganham destaque por proporem o manejo ecológico dos agroecossistemas e incentivarem ciclos de produção e consumo baseados em princípios sustentáveis (Altieri; Nicholls, 2000).

Um dos pilares para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis é o uso responsável da biodiversidade. De acordo com o Secretariado da Convenção sobre Diversidade

Biológica (SCBD), quando as comunidades locais utilizam os recursos naturais de forma consciente, aumentam as chances de conservação (SCBD, 2020a). O uso sustentável da biodiversidade, seja para consumo próprio ou comercialização, pode integrar espécies nativas aos sistemas produtivos, contribuindo para a preservação ambiental e promovendo alternativas de desenvolvimento (Diniz; Cerdan, 2017).

No Brasil, essa relação entre biodiversidade e contexto sociocultural é conhecida como sociobiodiversidade. Essa abordagem reconhece que a biodiversidade não é apenas um fenômeno natural, mas também social, pois envolve a interação humana na formação de espécies, variedades genéticas e ecossistemas, ao mesmo tempo em que influencia a vida cultural e social dos territórios (Kohler, 2021).

Para Ramos *et al.* (2018), a partir dos anos 2000, o termo sociobiodiversidade consolidou-se no Brasil e essa adoção terminológica reflete um processo de ressignificação das práticas extrativistas e tradicionais em torno dos recursos da biodiversidade local, ao mesmo tempo em que enfatiza a interrelação entre as dimensões socioculturais e ambientais da biodiversidade.

Nesse contexto, em 2009 com o lançamento do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade Plano da Sociobiodiversidade, através da Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239/09 reforçou um debate que vem sendo realizado há décadas que permeia entre suas raízes de reconhecimento termo que aporta para o desenvolvimento nacional tendo em vista que contribui para a inserção do Brasil no cenário internacional (Brasil, 2009).

O conceito de sociobiodiversidade tem como fundamento a articulação entre a diversidade biológica e a diversidade cultural, reconhecendo que os sistemas socioculturais e ecológicos estão profundamente interligados. Segundo o Ministério do Meio Ambiente a sociobiodiversidade envolve não apenas a preservação da fauna, flora e ecossistemas, mas também a valorização dos conhecimentos tradicionais, práticas comunitárias de manejo sustentável e formas de organização social que garantam a manutenção dos recursos naturais para as gerações futuras (Brasil, 2025c). Nesse sentido a noção de produtos da sociobiodiversidade:

[...] está relacionada a uma ressignificação do debate em torno do extrativismo, especialmente de produtos florestais não madeiráveis (PFNM), como frutas, cascas, folhas, seivas, castanhas, entre outros. A partir dos anos 2000, o debate sobre o extrativismo no Brasil incorpora outras dimensões, indo além dos estudos acerca de sua sustentabilidade ecológica, dando maior importância aos extrativistas e destacando a importância econômica, ambiental, social e cultural da atividade. (Ramos *et al.*, 2018, p. 105).

Em termos de legislação, em especial, a Lei de Agricultura Familiar, os produtos da sociobiodiversidade brasileira, em sua maioria alimentos, são cultivados e comercializados por povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e populações locais. Entre esses produtos estão frutas, folhas, castanhas, óleos, raízes, sementes e caules de espécies nativas dos biomas brasileiros, manejados pela agricultura familiar (Brasil, 2006).

Sociobiodiversidade refere-se ao extrativismo de baixo impacto de Produtos Florestais Não-Madeireiros (PFNM), como frutos, cascas, folhas, seivas e castanhas, realizado por povos e comunidades tradicionais, incluindo extrativistas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores e pequenos agricultores (Kageyama, 1991). Nas décadas de 1980 e 1990, essas atividades eram genericamente identificadas como extrativismo. Santilli (2005) e Almeida (2004) ressaltam que esse período ampliou a visibilidade das populações que dependem do manejo e da coleta florestal, especialmente após a mobilização dos seringueiros acreanos e o forte impacto socioambiental gerado pelo assassinato de Chico Mendes.

Apesar de sua importância, os sistemas de produção e comercialização desses alimentos ainda enfrentam desafios estruturais (Diniz; Cerdan, 2017; Ramos *et al.*, 2018). O desconhecimento sobre os alimentos nativos é comum, especialmente em relação às frutas brasileiras, que permanecem pouco estudadas e divulgadas (Tonin *et al.*, 2017). Pesquisas apontam que muitas dessas frutas são negligenciadas ou subutilizadas, em parte devido à padronização dos hábitos alimentares (Silva *et al.*, 2019; Köhler, 2014). Esse cenário é agravado pelo abandono gradual dessas espécies em áreas rurais e pequenas cidades, onde alimentos industrializados têm ganhado espaço (Chaves, 2016), além da substituição de plantas nativas por espécies exóticas em monocultivos. Tais fatores representam obstáculos à conservação da biodiversidade e ao fortalecimento de seu uso na alimentação (Moretto, 2014).

É amplamente reconhecida a importância da biodiversidade para sustentar processos vitais e produtivos dos seres humanos. Entretanto, a intensificação das ações antrópicas tem acelerado a degradação e a perda dessa diversidade em larga escala, colocando sob ameaça ou levando à extinção inúmeras populações, espécies e ecossistemas (SCDB, 2020b). Pesquisadores alertam que a redução e extinção de espécies, bem como a pressão humana sobre habitats naturais, podem gerar desequilíbrios em ecossistemas inteiros e ocasionar impactos imprevisíveis nas sociedades (Ceballos; Ehrlich; Haven, 2020).

A discussão sobre oferta de alimentos para a população mundial tem sido tema recorrente na agenda global. A agricultura familiar é um setor relevante nessa dinâmica, devido à sua produção diversificada (Larson *et al.*, 2016; Berchin *et al.*, 2019). Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), esse segmento abrange

aproximadamente 500 milhões de propriedades no mundo, garantindo sustento para cerca de dois bilhões de pessoas (FAO, 2018). Dados do IBGE (2017) indicam que a agricultura familiar possui participação expressiva no abastecimento interno brasileiro, representando mais de 70% da força de trabalho agrícola nacional.

No contexto alimentar e agrícola, observa-se declínio da biodiversidade. Das cerca de seis mil espécies vegetais cultivadas para consumo, menos de duzentas atingem produção global relevante, e apenas nove (cana-de-açúcar, milho, arroz, trigo, batata, soja, óleo, palmito, beterraba sacarina e mandioca) correspondem a 66% do total produzido. Entre as nove mil e seiscentas espécies silvestres identificadas como comestíveis, 20% estão ameaçadas de extinção. Mais da metade da alimentação global depende de somente quatro culturas: arroz, batata, trigo e milho (FAO, 2019).

Considerando o papel da agricultura familiar em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), autores como Altieri (1987), Soares et al. (2022) e Ferrão e Theodoro (2023) destacam que, além da produção de alimentos, essa modalidade contribui para a regulação climática por meio do uso de técnicas diversas, como consórcios produtivos e sistemas agroflorestais.

Os estudos sobre a sociobiodiversidade no contexto da agricultura familiar no Brasil evidenciam uma série de entraves que dificultam a consolidação de cadeias produtivas sustentáveis. Diniz e Cerdan (2017) ressaltam que a criação de mercados para esses produtos é um processo complexo, que depende diretamente de políticas públicas capazes de fortalecer circuitos locais e regionais. Nessa mesma linha, Ramos *et al.* (2018) destacam a relevância dos agricultores familiares e das comunidades tradicionais, cuja atuação é fundamental tanto para a inclusão social quanto para a conservação ambiental.

Schmitt e Grisa (2013) chamam atenção para o papel dos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que poderiam ser instrumentos estratégicos para ampliar a valorização da sociobiodiversidade, mas que ainda apresentam baixa participação desses produtos. Gabriel *et al.* (2012) reforçam essa limitação ao apontar a reduzida presença de alimentos regionais e da sociobiodiversidade nos cardápios escolares, o que se deve a fatores como sazonalidade, custos elevados e ausência de planejamento adequado.

Por fim, Vilhena *et al.* (2019) discutem os obstáculos enfrentados para inserir tais produtos em programas de compras públicas, destacando a carência de assistência técnica, as dificuldades logísticas e as barreiras sanitárias. Em conjunto, esses trabalhos evidenciam que a

superação desses desafios exige políticas públicas mais consistentes e integradas, capazes de promover a valorização e a comercialização sustentável da sociobiodiversidade no país.

Nesse cenário, torna-se evidente a relevância da sociobiodiversidade no contexto da agricultura familiar para regiões como o Vale do Rio Urucuia, onde a produção biodiversa não apenas contribui para a segurança alimentar e para a manutenção de práticas tradicionais, mas também se integra ao desenvolvimento local por meio do fortalecimento de cadeias produtivas adaptadas às características ambientais e sociais do território. Para Diniz e Cerdan (2017, p. 90) afirmam que “as cadeias curtas de sociobiodiversidade aproximam produtores e consumidores, fortalecendo valores culturais e econômicos”.

A dinâmica da agricultura familiar nesse contexto se articula com o manejo sustentável dos recursos naturais e com a valorização de espécies nativas, promovendo alternativas econômicas alinhadas à conservação da sociobiodiversidade e à resiliência das comunidades frente aos desafios ambientais e estruturais. Assim, ao se considerar o papel da agricultura familiar na oferta de alimentos e na preservação da biodiversidade, destaca-se seu potencial para impulsionar iniciativas de inovação social e de inclusão produtiva, essenciais para o progresso do Vale do Rio Urucuia e para a construção de modelos de desenvolvimento compatíveis com os ODS.

CAPÍTULO 2 - A COPABASE E O AGROEXTRATIVISMO SUSTENTÁVEL: ASPECTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

2. Aspectos Metodológicos

A fim de atender aos propósitos desta pesquisa, foi adotado como procedimento inicial a realização de uma revisão de literatura e pesquisa documental, utilizando obras, artigos e cartilhas pertinentes ao tema. Assim, as consultas bibliográficas realizadas foram vinculadas ao contexto do agroextrativismo sustentável no Vale do Urucuia, com ênfase na Copabase, e apresentaram um caráter qualitativo e descritivo, visando proporcionar uma fundamentação teórica que contrasta com o modelo hegemônico da agricultura convencional. Por meio dessa análise, buscamos explorar a relevância dos conhecimentos ecológicos e agroextrativistas dentro de uma perspectiva transdisciplinar.

Para isso, foi adotada uma metodologia qualitativa de natureza descritiva. A abordagem qualitativa baseia-se na percepção e compreensão do ser humano. O pesquisador mantém uma postura aberta para identificar eventos e imprevistos, sendo que as conclusões apresentadas são resultado das interações entre o pesquisador e os participantes (Stake, 2016).

“Para que ocorra a construção do conhecimento, há que se estabelecer uma relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento” (Silva, 2017, p. 23), e para tal, é imprescindível a busca epistemológica, que aprofunde numa abordagem qualitativa, científica e metodológica, tendo os aspectos históricos, culturais, políticos e econômicos uma relevância de construção científica, de modo que o problema a ser investigado, de forma dialética, possa desvelar-se metodologicamente. Demo (1985) ressalta que:

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos (Demo, 1985, p. 19).

Os eixos teóricos desta dissertação de mestrado englobam conceitos fundamentais, como Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Sustentável, Território, Agroextrativismo, Cooperativismo, Associativismo, Economia Solidária e sociobiodiversidade. Para a identificação das bases de dados relevantes, foi adotado um processo estruturado com base na ocorrência de palavras-chave em diferentes repositórios online, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e Google scholar, Capes, essas bases proporcionam acesso aberto a uma ampla coleção de publicações revisadas por pares, assegurando a qualidade e a relevância de estudos dentro do tema desta dissertação de mestrado.

Foram realizadas buscas por publicações entre 2000 e 2023, utilizando os seguintes filtros: agroextrativismo (*agroextractivism*), bioeconomia (*bioeconomy*), comunidades tradicionais (*traditional communities*), agricultura familiar (*family farming*), sustentabilidade (*sustainability*), geração de renda (*income generation*) e políticas públicas (*public policies*).

Estudos sobre a organização de documentos científicos ressaltam a relevância dos metadados que os estruturam (Gonçalves, 2008). Dentre esses elementos, as palavras-chave desempenham um papel essencial, uma vez que sua escolha considera aprimorar o conteúdo dos textos e otimizar a eficácia na busca por informações. Nesse contexto, Miguéis et al. (2013):

O uso das palavras-chave potencializa o acesso ao conteúdo dos documentos, para além da informação que é representada pelo título e resumo; traduz o pensamento dos autores, e mantém o contacto com a realidade da prática quotidiana, acompanhando a evolução científica e tecnológica, que é refletida pelos documentos. A investigação sobre a importância e características das palavras-chave tem incidido sobre vários aspectos, como o da eficiência na recuperação da informação (Miguéis et al. 2013, p. 115).

Além da revisão bibliográfica, foram realizadas pesquisas e análises documentais com base nos dados oficiais armazenados pela Copabase, juntamente com uma conversa com a Gerente da Cooperativa, com a finalidade de enriquecer as informações para a caracterização da área da cooperativa. A partir dessas informações, foi feita uma combinação de dados para a avaliação e descrição do local.

A etapa de pesquisa de campo foi realizada por meio de visitas à sede⁴ da COPABASE e a agricultores e agricultoras agroextrativistas, abrangendo quatro municípios do Vale do Rio Urucuia, em Minas Gerais, onde há comunidades agroextrativistas vinculadas à cooperativa. O recorte espacial contemplou as áreas produtivas de Arinos (Riacho Claro, P.A. Chico Mendes, P.A. Borá e P.A. Rancharia), Buritis (P.A. Barriguda II), Uruana de Minas (zona rural) e Urucuia (Urucuia Matão). Foram aplicados questionários com questões abertas e fechadas, visando obter dados acerca do perfil socioeconômico dos agricultores agroextrativistas, motivações para a prática agroextrativista e localização das áreas de coleta. A escolha dessas localidades fundamenta-se na expressiva atuação no agroextrativismo de produtos oriundos do Cerrado, bem como na presença de iniciativas coletivas voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas em parceria com a COPABASE. Conforme Ribeiro e Vieira (2021), essa

⁴ As visitas à sede da COPABASE foram realizadas com o objetivo de coletar informações adicionais sobre as áreas produtivas e agroextrativistas, por meio de entrevistas com a gestão administrativa e solicitação de acompanhamento do técnico na etapa de pesquisa de campo.

metodologia permite ao entrevistado abordar o tema proposto. A coleta de dados foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2024.

A entrevista é o método mais comum em pesquisas de campo, pois serve como uma alternativa para obter informações não oficiais. Através da entrevista, o investigador busca entender as informações compartilhadas pelos atores sociais (Minayo, 2002).

Considerando a dinâmica territorial dos sujeitos da pesquisa, optou-se pela amostragem não probabilística, empregando a técnica conhecida como "bola de neve" (Albuquerque *et al.*, 2010). Essa abordagem visa à obtenção de uma amostra em que os participantes iniciais de um estudo recomendam novos integrantes do universo a ser investigado (Silva *et al.*, 2013). Um aspecto relevante a ser destacado é que essa técnica é frequentemente utilizada em investigações de populações desconhecidas, permitindo assim a estimativa da população envolvida nas práticas agroextrativistas na área de influência da COPABASE.

O delineamento da pesquisa adotou a abordagem de levantamento de campo, sendo esta técnica definida pela consulta direta aos indivíduos cujo comportamento se pretende explorar. Fundamentalmente, realiza-se a solicitação de informações a uma amostra representativa de pessoas acerca do problema investigado e, subsequentemente, por meio da análise qualitativa, busca-se extrair as conclusões pertinentes dos dados coletados (Gil, 2008).

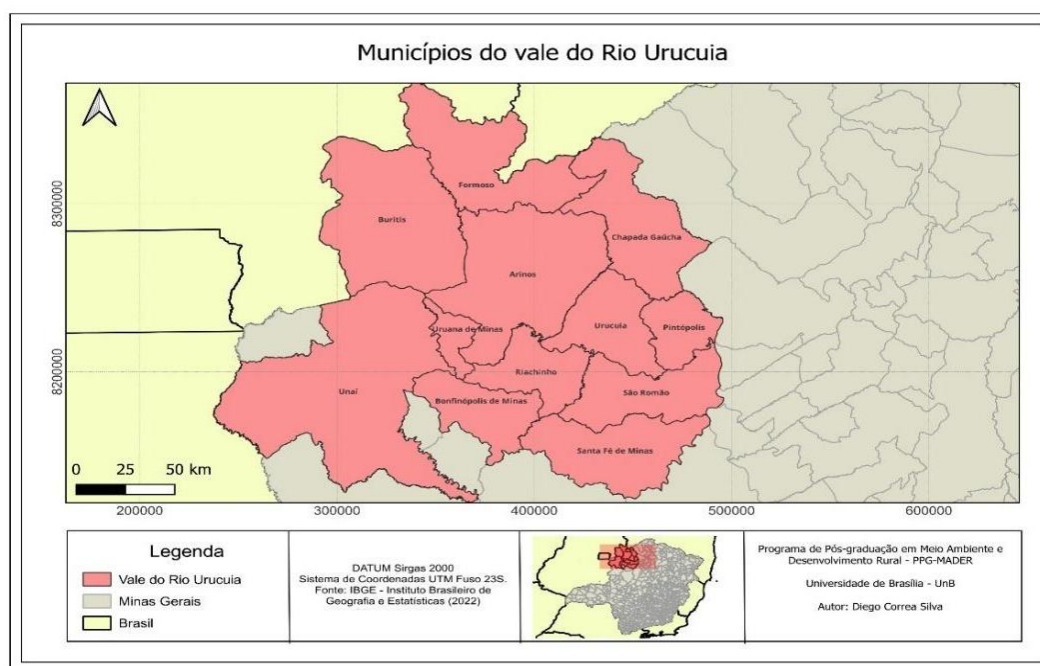
A pesquisa de campo foi acompanhada por um técnico da COPABASE. Inicialmente, utilizou-se o smartphone como um recurso estratégico para a coleta de dados, o que possibilitou maior agilidade na aplicação do questionário e melhor fluidez no diálogo com determinados agricultores. No entanto, em alguns casos, observou-se que os agroextrativistas demonstravam uma maior receptividade ao questionário impresso, o que demandou a transcrição posterior das respostas após as visitas.

As entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade de cada participante, e a duração de cada entrevista variava, uma vez que, a pedido dos agricultores, o pesquisador, em determinados momentos, percorria a propriedade com o objetivo de compreender o modelo produtivo. A tabulação dos dados foi realizada por meio de planilhas eletrônicas, permitindo a sistematização das informações coletadas nas entrevistas, além da geração de gráficos, tabelas e outras informações pertinentes às análises socioeconômicas e produtivas de base familiar agroextrativistas do território do Vale do Rio Urucuia-MG.

2.1 Caracterização do local de estudo: Vale do Rio Urucuia

O Vale do Rio Urucuia, que inclui os municípios de Arinos, Urucuia, Uruana de Minas, Chapada Gaúcha, Buritis, Formoso, Unaí, Riachinho, Bonfinópolis, Santa Fé de Minas, São Romão e Pintópolis, apresenta uma população estimada em 116.820 habitantes (IBGE, 2023) e se caracteriza como uma região que recentemente vivenciou um cenário variado de tecnologias sociais, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1: Mapa com os municípios que compõem o Vale do Rio Urucuia



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O Vale do Rio Urucuia possui uma trajetória histórica rica e multifacetada, que remonta a períodos distantes. Seu surgimento e desenvolvimento estão intrinsecamente associados a uma diversidade de fatores geográficos, históricos e culturais que contribuíram para a formação da região ao longo do tempo. Conforme exposto por Vasconcelos (1974), o Vale do Rio Urucuia é identificado por uma ampla gama de paisagens, que variam desde as planícies aluviais contíguas ao rio até as serras e chapadas que circunscrevem a área. O rio Urucuia, que dá nome à região, desempenha um papel fundamental na configuração territorial, fornecendo água para práticas agrícolas, pecuárias e para o abastecimento das comunidades locais.

De acordo com Vasconcelos (1974), o Vale do Rio Urucuia é caracterizado por uma variedade de paisagens, que se estendem desde as planícies aluviais adjacentes ao rio até as serras e chapadas que delimitam a área. O rio Urucuia, que inspira o nome da região,

desempenha um papel crucial na configuração do território, proporcionando água para atividades agrícolas, pecuárias e o abastecimento das comunidades locais.

Além disso, Vasconcelos (1974) enfatiza que, antes da chegada dos colonizadores europeus, o Vale do Rio Urucuia era habitado por diversas etnias indígenas, como os Xavantes, Caiapós e Xacriabás, que dependiam da caça, pesca, coleta e agricultura de subsistência. Com a chegada dos portugueses e a expansão colonial, essas populações foram progressivamente deslocadas ou assimiladas. Durante o período colonial, o Vale do Rio Urucuia foi palco da exploração do ouro, que atraiu colonos e aventureiros em busca de riqueza. As descobertas auríferas na região levaram à fundação de diversos povoados e arraiais, que se tornaram importantes centros de mineração e comércio. No entanto, com o esgotamento das jazidas de ouro, muitos desses assentamentos foram abandonados ou perderam sua importância econômica.

Após o declínio do ciclo do ouro, o Vale do Rio Urucuia voltou-se para a atividade agropecuária como principal fonte de sustento. As terras férteis ao longo do rio e as condições climáticas favoráveis possibilitaram o desenvolvimento da agricultura e da pecuária na região. A modernização da agricultura, com a introdução de novas técnicas e culturas, impulsionou o crescimento econômico e demográfico do vale. Apesar de seu potencial econômico e cultural, o Vale do Rio Urucuia enfrenta uma série de desafios, como o desmatamento, a degradação ambiental, a falta de infraestrutura e o êxodo rural. No entanto, a região também possui oportunidades de desenvolvimento, especialmente no campo do turismo sustentável, da agricultura familiar e da preservação do patrimônio histórico e cultural.

Para Vasconcelos (1974), a Bacia do Rio Urucuia, situada principalmente no estado de Minas Gerais, com algumas pequenas áreas de nascentes localizadas no estado de Goiás, desempenha um papel crucial na contribuição para o Rio São Francisco, fornecendo cerca de 10% de sua vazão total e 18% da carga total de sedimentos. Sua extensão geográfica abrange duas tipologias climáticas de acordo com a classificação de *Thorntwaite*: a porção oeste é classificada como tipo B2 (úmido), enquanto a porção leste é classificada como tipo C1 (subúmido seco).

Na obra "Grande Sertão: Veredas" de Guimarães Rosa, o narrador descreve a região do Urucuia como uma área que antes era selvagem e distante, mas que agora é palco da expansão das atividades agrícolas, com grandes fazendas e terras férteis ao longo de suas margens. A menção aos "fazendões de fazendas" e às "vargens de bom render" indica uma paisagem transformada pela atividade humana, onde a agricultura e a pecuária prosperam nas terras ao

redor do rio Urucuia. Além disso, a referência às "vazantes" sugere a presença de áreas alagadas que são propícias para o cultivo de diversas culturas.

A descrição dos "gerais" que cercam a região destaca a vastidão e a imensidão dessas áreas, indicando que elas se estendem por longas distâncias sem limites definidos. Essa característica dos "gerais" é uma marca recorrente na obra de Guimarães Rosa, que muitas vezes retrata o sertão como um espaço vasto e misterioso, onde a natureza e a vida humana se entrelaçam de maneira única e complexa.

Dayrell (2009, p. 14), retrata que o “Rio Urucuia é um ator na dinâmica social, onde o clima predominante na região Noroeste de Minas Gerais, que inclui a bacia do rio Urucuia, é quente, com temperatura média anual de 23°C”. O clima da Bacia do Rio Urucuia apresenta período seco de maio a setembro e estação chuvosa de outubro a abril, com precipitação anual de 1.150 a 1.400 mm, e os arenitos do Grupo Urucuia favorecem a recarga do aquífero, sustentando a vazão de base dos rios afluentes do São Francisco (Teixeira *et al.*, 2020).

Dayrell (2009, p. 14) ressalta também que, com “a introdução do motor a vapor, o rio Urucuia se tornou um corredor de comércio mais rápido, impulsionando o desenvolvimento econômico da região”. A Vila de Arinos foi um exemplo desse desenvolvimento, começando como uma pequena Vila ao longo da Vereda Barra da Vaca, que desemboca no Rio Urucuia, e posteriormente se transformando em distrito e, finalmente, em uma cidade em meados do século XIX. O processo de urbanização foi impulsionado pela coragem e perseverança das famílias que se estabeleceram na região, contribuindo para a sua transformação em um local produtivo.

No entanto, o processo de urbanização enfrentou desafios devido às condições climáticas extremas da região e à falta de infraestrutura, como rodovias e investimentos governamentais. Esses obstáculos contribuíram para um desenvolvimento mais lento da região, apesar do papel crucial desempenhado pelo rio Urucuia e pelo motor a vapor no crescimento econômico e na formação das comunidades locais. Em suma, o território do Vale do Rio Urucuia é o resultado de uma longa história de ocupação humana e interação com o meio ambiente. Sua formação e evolução ao longo do tempo refletem as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldaram a região e continuam a influenciar seu destino no presente e no futuro.

Estudos da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA-MG) demonstram que essa área se destaca como uma das principais produtoras de grãos e sementes de capim no Brasil (SEAPA-MG, 2017), enfrentando sérios desafios socioambientais, como cerca de 400 mil hectares da zona de recarga do aquífero Urucuia afetados por atividades antrópicas potencialmente poluidoras e pelo assoreamento das veredas

(Landau; Valadares, 2020). É crucial destacar que o Vale do Rio Urucuia é marcado por profundas desigualdades sociais, resultado de um histórico repleto de diferentes formas de coronelismo (Meyer, 2015).

Nesse contexto diversificado, sobressaem-se iniciativas como o Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), além do processamento e comercialização de produtos agroextrativistas do cerrado e do artesanato desenvolvido em rede, abrangendo fiação, tecelagem e tingimento natural.

O Vale do Rio Urucuia é uma área historicamente habitada por pequenos agricultores, porém sua vegetação nativa foi bastante afetada pela atividade ilegal de produção de carvão vegetal. Hoje, a região está incluída em iniciativas que buscam valorizar a biodiversidade e promover o extrativismo sustentável de frutos nativos. O agroextrativismo apresenta alguns produtos em destaque, mesmo diante da grande diversidade de frutos locais disponíveis (Bispo, *et al.*, 2021).

2.2 Contextualização geográfica dos municípios participantes da pesquisa

A área de estudo delimitada nesta pesquisa corresponde aos de Arinos, Buritis, Uruana de Minas e Urucuia, situados no noroeste do estado de Minas Gerais, em região limítrofe ao município de Unaí. Esses territórios estão inseridos no bioma Cerrado, caracterizado por elevada biodiversidade e reconhecido como uma das savanas mais ricas do mundo em termos de espécies. A altitude média da região é de aproximadamente 520 metros (IBGE, 2017), o que influencia diretamente as condições climáticas e a aptidão agrícola local, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2: Mapa com os municípios participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Do ponto de vista da organização territorial, esses municípios integram um mosaico de sobreposições regionais. Todos pertencem à Mesorregião do Noroeste de Minas, enquanto Buritis e Arinos também fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF)⁵, espaço institucional criado para articular políticas públicas e promover o desenvolvimento socioeconômico em áreas de forte interação com Distrito Federal.

No mapa representado pela Figura 3, elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a delimitação espacial da RIDE-DF e da área de estudo é evidenciada por meio de cores distintas: o vermelho indica o Distrito Federal, o verde representa os municípios de Goiás e o verde-claro corresponde aos municípios mineiros que integram a região. Essa diferenciação cromática permite visualizar a inserção de Buritis e Arinos na RIDE-DF, ao mesmo tempo em que destaca a posição estratégica dos demais municípios no contexto regional (SUDECO, 2020).

Figura 3: Mapa com os municípios que integram a RIDE-DF



Fonte: SUDECO, 2020.

2.3 Perfil socioeconômico dos municípios participantes da pesquisa

Embora a COPABASE atue em uma área de abrangência mais ampla, este estudo concentra-se nos municípios de Arinos, Buritis, Uruana de Minas e Urucui a. A seguir, apresenta-se o perfil socioeconômico desses territórios, com base em indicadores populacionais, econômicos e sociais, de modo a contextualizar a realidade local. O município de Arinos (MG) possui área territorial de 5.279,419 km  e população de 17.272 habitantes no

⁵ Criada pela Lei Complementar n  94, de 19 de fevereiro de 1998.

Censo de 2022, com estimativa de 17.598 habitantes em 2024, resultando em densidade demográfica de 3,27 hab/km². O PIB per capita em 2021 foi de R\$ 17.849,84 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 foi de 0,656, classificado como médio (IBGE, 2022; PNUD, 2010).

Em continuidade à análise, Buritis (MG) apresenta área de 5.225,186 km², população de 24.030 habitantes em 2022 e estimativa de 24.693 em 2024, com densidade demográfica de 4,60 hab/km². O PIB per capita em 2021 foi de R\$ 46.229,61 e o IDHM em 2010 foi de 0,672. Sua economia é baseada na agricultura (soja, milho, arroz e café), pecuária, exploração de calcário e turismo vinculado ao Cerrado (IBGE, 2022; PNUD, 2010).

Por sua vez, Uruana de Minas (MG) possui área de 598,221 km² e população de 3.282 habitantes em 2022, com projeção de 3.360 para 2024, resultando em densidade de 5,49 hab/km². O PIB per capita em 2021 foi de R\$ 29.820,95 e o IDHM em 2010 foi de 0,664. A economia local é voltada principalmente para serviços públicos e agropecuária de pequeno porte (IBGE, 2022; PNUD, 2010).

De maneira semelhante, Urucuia (MG) apresenta área de 2.076,942 km² e população de 17.479 habitantes em 2022, com estimativa de 18.291 em 2024, resultando em densidade de 8,42 hab/km². O PIB per capita em 2021 foi de R\$ 11.061,34 e o IDHM em 2010 foi de 0,619, classificado como médio-baixo. Sua economia envolve café irrigado, pecuária, turismo ecológico e atividades ligadas à energia e ao extrativismo, em área inserida na bacia do rio Urucuia, afluente do São Francisco (IBGE, 2022; IBGE, 2024; IBGE, 2021; PNUD, 2010).

Em síntese, os quatro municípios analisados apresentam baixa densidade demográfica, economias vinculadas ao agronegócio e serviços de pequena escala, além de índices de desenvolvimento humano variando entre médio e médio-baixo, conforme os dados da Tabela 3. Tais características refletem o perfil socioeconômico típico do noroeste mineiro, inserido no bioma Cerrado (IBGE, 2022; IBGE, 2024).

Tabela 3: Área dos municípios, população e densidade demográfica

Município	Área total (km ²)	População	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Arinos	5.279,419	17.272	3,27
Buritis	5.226,471	22.201	4,25
Uruana de Minas	1.178,440	3.500	2,97
Urucuia	3.126,041	13.605	4,35

Fonte: IBGE, 2022. Elaborado pelo autor, 2025.

2.4 Caracterização da COPABASE

A Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária (COPABASE) foi fundada em 2008, com sede no município de Arinos (MG), assumindo as estruturas de uma agência regional que incluíam fábricas de polpas e mel, além de uma fazenda doada ao Ministério da Educação (MEC)⁶. Desde sua criação, promoveu capacitações para agricultores, estabeleceu Comitês Gestores e realizou diagnósticos voltados à identificação de cadeias produtivas, desempenhando papel fundamental na geração de renda e no fortalecimento das comunidades locais (COPABASE, 2021). Entre 2017 e 2025, a cooperativa passou por mudanças significativas, e em 2020 contava com 178 sócios ativos, dos quais 128 possuíam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), evidenciando sua forte vinculação com a agricultura familiar (Godinho, 2020).

Nos anos seguintes, manteve uma média de aproximadamente 170 agricultores familiares associados, número que se sustenta até 2024 (COPABASE, 2024⁷). Além disso, estima-se que cerca de 300 famílias estejam diretamente envolvidas na cadeia produtiva do baru, fruto nativo do Cerrado que se consolidou como o principal produto da cooperativa.

A cooperativa está inserida no bioma Cerrado, onde se encontram diversos grupos populacionais, como indígenas, quilombolas, geraizeiros, sertanejos, vazanteiros e ribeirinhos, que há gerações manejam e utilizam os recursos naturais disponíveis (Dutra; Souza, 2017). Segundo Carrazza (2009), essa população convive com o meio ambiente, dependendo dos recursos naturais para sua subsistência em termos de alimentos, moradia, lenha, utensílios domésticos e medicamentos.

Ao elaborar uma linha do tempo, observa-se que, entre 2011 e 2014, a cooperativa dedicou esforços significativos para legitimar e fortalecer o cooperativismo, enfrentando obstáculos como o analfabetismo e promovendo o Movimento Sacode, que visava à educação cooperativa. No período de 2015 a 2017, sua atenção se concentrou em práticas agroecológicas, culminando na capacitação de mil famílias e na implementação de unidades agroecológicas (COPABASE, 2021).

Entre 2018 e 2020, a cooperativa direcionou seus investimentos para o beneficiamento e a certificação agroecológica, além de realizar reformas em suas fábricas e buscar novos mercados, especialmente em resposta à pandemia. Em 2021, reavaliou sua posição no mercado,

⁶ Infraestrutura vigente da COPABASE Complexo Agroindustrial localizada no Campus Arinos do IFNMG Sede administrativa. Composta por salas, vestiários, cantina e laboratório Entrepasto de mel, Unidade de beneficiamento de frutas voltada para polpas e sucos.

⁷ Informações obtidas por meio de entrevista com a gestão administrativa.

reformulou sua comunicação e iniciou vendas online, incluindo exportações de baru para os Estados Unidos. Simultaneamente, as comunidades associadas foram reconhecidas como Territórios Indígenas Conservados por Comunidades Locais (TICCA)⁸.

No âmbito da escolarização e capacitação, a parceria estabelecida com o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais-Campus Arinos, a partir de 2021, tem fortalecido a qualificação dos cooperados e extrativistas, ampliando cursos técnicos e projetos de pesquisa aplicada voltados para beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade (IFNMG, 2021).

Entre 2023 e 2025, contudo, a cooperativa ampliou sua capacidade por meio de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Agroindústria), do Projeto ECOFORTE, apoiado pelo Banco do Brasil Foundation e BNDES, e de parcerias comerciais com a Central do Cerrado e empresas privadas (COPABASE, 2024). Esses investimentos permitiram a aquisição de novos maquinários, melhoria das condições de beneficiamento e adequação às exigências sanitárias, o que abriu portas para mercados mais exigentes.

No que se refere à comercialização e exportação do baru, a cooperativa iniciou, em 2024, embarques para Dubai, com cerca de duas toneladas de castanhas torradas exportadas (Broto, 2024). Em 2025, conquistou a autorização da União Europeia para a exportação do produto, ampliando significativamente sua inserção no mercado internacional (Agência Sebrae, 2025). Além das exportações, a cooperativa mantém contratos com compradores nacionais e participa de circuitos de feiras e marketplaces voltados à sociobiodiversidade.

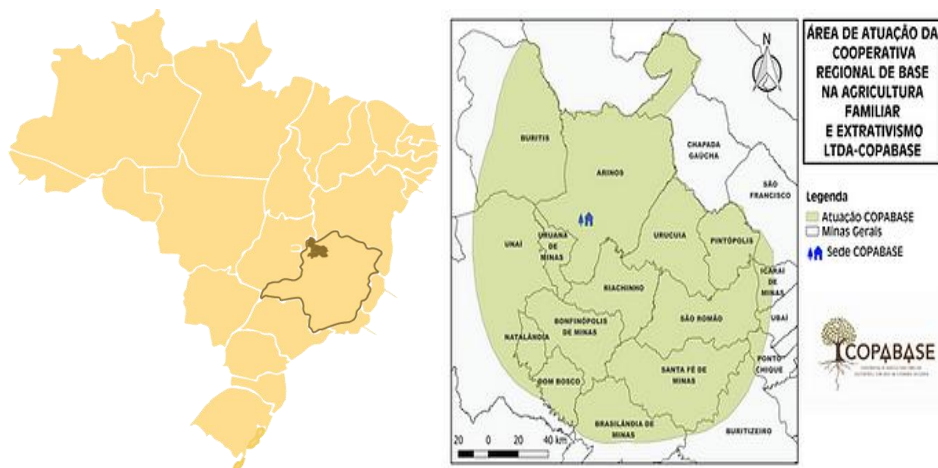
De acordo com Simoni, Sawyer e Almeida (2012), a COPABASE é uma iniciativa significativa que visa promover o desenvolvimento sustentável na região do Vale do Urucuia, em Minas Gerais, através do apoio à agricultura familiar, extrativismo e artesanato. Uma das características distintivas da cooperativa é sua abordagem inclusiva, que envolve mulheres, jovens, extrativistas e assentados em suas atividades. Através de projetos e parcerias, a cooperativa busca não apenas comercializar produtos, mas também capacitar seus membros e promover o espírito de cooperação e solidariedade.

A Figura 4 demonstra que a área de atuação da cooperativa abrange 10 municípios mineiros e um município goiano: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Chapada Gaúcha, Buritis,

⁸ União Europeia abre as portas para a castanha de baru: vitória da sociobiodiversidade que gera renda e conserva o Cerrado: <https://www.wwf.org.br/?92240/Uniao-Europeia-abre-as-portas-para-a-castanha-de-baru-vitoria-da-sociobiodiversidade-que-gera-renda-e-conserva-o-Cerrado>

Formoso, Pintópolis, Riachinho, São Romão, Uruana de Minas, Urucuia e Cabeceiras (GO), ressaltando assim seu impacto significativo na região.

Figura 4: Área de abrangência da COPABASE



Fonte: <https://www.copabase.org/>, acessado em 10 de abril de 2024.

A cooperativa possui certificação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁹ e autorização para a comercialização perante diversas entidades governamentais, assegurando a conformidade legal e a qualidade de seus produtos. Ademais, sua vasta gama de produtos oriundos da agricultura familiar, todos devidamente registrados sanitariamente, possibilita a distribuição em diferentes canais, tais como feiras regionais, varejo e comércio eletrônico.

Ressalta-se também a comercialização da castanha do baru para diversos países, o que evidencia o reconhecimento da qualidade dos produtos da cooperativa além das fronteiras nacionais. Essa expansão para o mercado internacional não só amplia as oportunidades de negócios para a cooperativa, mas também favorece a valorização dos produtos locais e impulsiona o desenvolvimento econômico da região. No início de sua trajetória, a COPABASE enfrentou desafios típicos de muitas cooperativas em fase inicial, como a carência de infraestrutura, acesso restrito a recursos financeiros e formação técnica. Entretanto, por meio de determinação e esforço contínuo, a cooperativa conseguiu superar tais obstáculos e alcançar um crescimento significativo ao longo dos anos (COPABASE, 2021).

Simoni, Sawyer e Almeida (2012) destacam que a cooperativa exerce uma função essencial na adição de valor à produção agropecuária regional, proporcionando assistência técnica, acesso a crédito rural, comercialização em conjunto e formação profissional para seus

⁹ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

associados. Além disso, a COPABASE tem se evidenciado por sua dedicação à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento agroecológico. A cooperativa incentiva práticas agrícolas sustentáveis e a proteção dos recursos naturais, com o intuito de assegurar a conservação do meio ambiente e o bem-estar das futuras gerações.

No contexto particular dessa região, o agroextrativismo e a apicultura apresentam um potencial econômico, agroecológico e sustentável considerável. O agroextrativismo, que consiste na exploração sustentável dos recursos naturais como frutas, castanhas e plantas medicinais, têm a capacidade de diversificar a produção agrícola local, oferecendo uma fonte adicional de renda aos agricultores da área. Por outro lado, a atividade apícola proporciona diversos benefícios, entre os quais se incluem a produção de mel, pólen, cera e própolis, além da polinização das culturas agrícolas. Além de gerar receita para os apicultores, essa prática contribui para a preservação da biodiversidade, o equilíbrio dos ecossistemas e a segurança alimentar por meio da polinização das plantas cultivadas (COPABASE, 2021).

No entanto, Simoni, Sawyer e Almeida (2012) destacam que, para a plena realização do potencial do agroextrativismo e da atividade apícola no Vale do rio Urucuia, é crucial o apoio adequado das entidades governamentais, além das organizações da sociedade civil e cooperativas locais, como a COPABASE. Isso inclui o fornecimento de assistência técnica, acesso ao crédito rural, capacitação em práticas agroecológicas e apoio à venda dos produtos.

Ao promover o agroextrativismo e a apicultura, a cooperativa em questão não apenas contribui para o crescimento econômico sustentável da região, mas também fortalece a segurança e a independência alimentar das comunidades locais. A cooperativa se empenha em construir um futuro mais próspero por meio da diversificação da produção agrícola e do fortalecimento dos sistemas agroecológicos.

CAPÍTULO 3: RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Perfil socioeconômico, motivação e a situação fundiária da área de coleta

O capítulo três expõe e discute os dados evidenciados no estudo conduzido com agroextrativistas de base familiar no Vale do Rio Urucuia, na área de influência da COPABASE. Inicialmente, optou-se por discutir o perfil socioeconômico dos agroextrativistas, a motivação para a prática e a condição fundiária do local de coleta. Entende-se que a investigação de campo foi crucial para entender a agricultura agroextrativista no Vale do Rio Urucuia e o desenvolvimento rural sustentável, atuando como um dos principais instrumentos para enriquecer as reflexões teóricas e impulsionar o progresso do saber científico no campo.

A riqueza de informações e dados provenientes da pesquisa de campo são cruciais para estudos que seguem abordagens similares à desta dissertação, pois a complexidade da dialética, expressa nas relações e territórios, juntamente com suas contradições, geralmente só se torna clara quando se conduz uma investigação prática no contexto local. Através da análise de documentos, constatou-se que a COPABASE possui 125 cooperados¹⁰. A cooperativa se estende por mais de 10 municípios da região, congregando mais de 40 comunidades rurais pertencentes à assentamentos de Reforma Agrária, bem como comunidades tradicionais.

Em consonância com as definições metodológicas previamente mencionadas, a delimitação geográfica da pesquisa de campo abrange o Vale do Rio Urucuia, localizado em Minas Gerais. Os dados deste estudo foram obtidos por meio da aplicação de questionários nos municípios Arinos, Buritis, Uruana e Urucuia.

Nesse caso, a Tabela 4 apresenta os números de questionários aplicados nas regiões produtivas do Vale do Rio Urucuia-MG. Foram entrevistados 15 agricultores familiares agroextrativistas em sete áreas produtivas na zona rural. As áreas produtivas e a quantidade de questionários aplicados em cada uma são as seguintes: Arinos: Riacho Claro (1 questionário), P.A Chico Mendes (2 questionários), P.A Borá (3 questionários), P.A Rancharia (5 questionários); Buritis: P.A Barriguda II (1 questionário); Uruana: Área rural (1 questionário); Urucuia: Urucuia Matão (2 questionários).

¹⁰ Dados obtidos por meio de entrevista com a gestão administrativa da COPABASE. Por questões de ética e atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados, optou-se por anonimizar os participantes a fim de garantir privacidade e segurança.

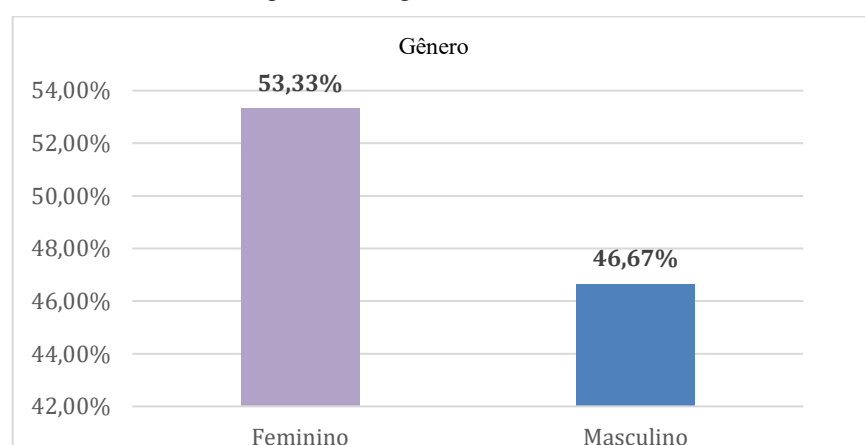
Tabela 4: Número de questionário aplicado por área produtiva

Município	Área Produtiva	Quantidade de questionário
Arinos	Riacho Claro	01
Arinos	P.A Chico Mendes	02
Arinos	P.A Borá	03
Arinos	P.A Rancharia	05
Buritis	P.A Barriguda II	01
Uruana	Área rural	01
Urucuia	Urucuia Matão	02
Total		15

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Um dos objetivos era traçar o perfil dos agricultores familiares agroextrativistas entrevistados, de acordo com as informações coletadas na pesquisa de campo. O objetivo da análise deste perfil é auxiliar na contextualização do local, facilitando a compreensão da dinâmica territorial e, em seguida, fornece uma perspectiva geral deste modelo de agricultura sob a perspectiva desses indivíduos. O estudo de campo resultou em quinze entrevistas, sendo 53,33% delas de mulheres e 46,67% de homens, demonstrando a diversidade da agricultura agroextrativista na área, como ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Gênero dos agricultores agroextrativistas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Conforme as informações oficiais, a cooperativa conta com 125 cooperados, sendo a maioria mulheres. Entre os participantes estão: agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, assentados, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e artesãos. A cooperativa possui aproximadamente 300 membros, dos quais 150 mulheres participam ativamente da rede Central Veredas (COPABASE, 2021).

Ao examinar a faixa etária dos agroextrativistas do Vale do Urucuia-MG, observa-se que 53,3% dos entrevistados estão em grupos etários mais avançados, com idades superiores a 45 anos (Tabela 5). Esse panorama indica, por um lado, o envelhecimento da população brasileira e, por outro, as dificuldades enfrentadas atualmente na sucessão geracional. Na agricultura em geral e especialmente na agricultura familiar, essa atividade ainda é predominantemente transmitida entre os membros de uma mesma família.

Tabela 5: Faixa etária dos(as) agroextrativistas

Faixa etária dos(as) agroextrativistas	Nº de entrevistados	Percentual (%)
Menos de 25 anos	02	13,3%
De 25 anos a menos de 35 anos	02	13,3%
De 35 anos a menos de 45 anos	03	20%
De 45 anos a menos de 55 anos	03	20%
De 55 anos a menos de 65 anos	02	13,3%
Mais de 65 anos	03	20%
Total	15	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Buainain (2006) destaca o fenômeno do êxodo rural. De acordo com o autor, a população rural está se tornando mais idosa em razão do grande número de jovens que migram para as áreas urbanas. Para ele, é imprescindível a adoção de políticas agrícolas voltadas para essa problemática, visando primordialmente fixar os jovens no meio rural. Diversos elementos podem estar relacionados a esse fenômeno, conforme apresentado por Spavanelo et al. (2017):

A redução dos membros que residem em domicílios rurais deve-se a fatores como a queda da taxa de fecundidade entre as mulheres do campo, as mudanças nas estruturas familiares com redução das famílias do tipo nuclear e a expansão das famílias formadas por membros individuais ou casal sem filhos, além do êxodo seletivo, em que saem em maior proporção jovens do sexo feminino comparativamente ao masculino (Spavanelo *et al.*, 2017, p. 350).

O êxodo rural é um fenômeno social e econômico crônico no Brasil, levando a um envelhecimento da população que permanece no campo. A pesquisadora Elisa Guaraná de Castro, em suas análises sobre a juventude rural, discute a complexa dicotomia entre "ficar e sair" do campo, revelando as motivações e as aspirações dos jovens que, muitas vezes, migram em busca de melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida nas áreas urbanas (Castro, 2016).

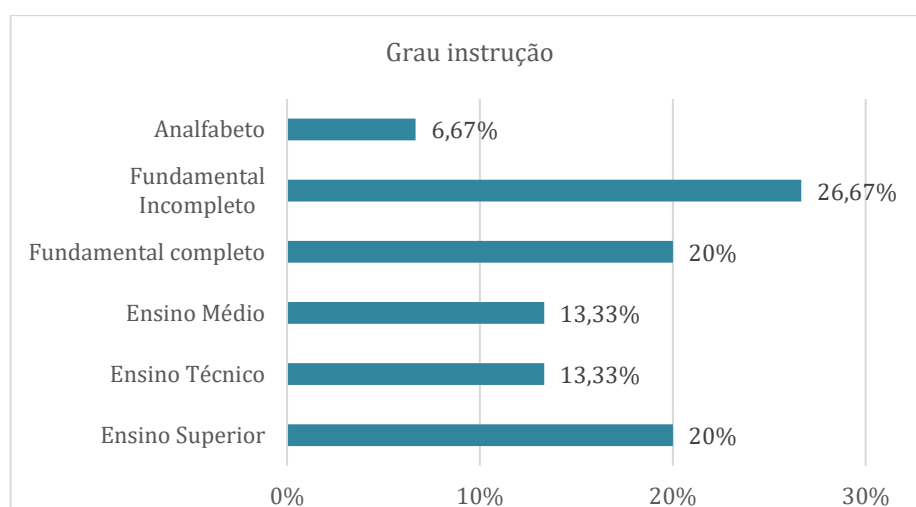
Em resposta a essa problemática, o Governo Federal sancionou a Lei nº 15.178/25, que institui a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Essa política tem como objetivo primordial a fixação dos jovens no campo, oferecendo-lhes as condições necessárias para que

possam permanecer em suas comunidades com dignidade. Para isso, a legislação prevê uma série de medidas, como o acesso facilitado à terra e ao crédito rural, à oferta de formação técnica e a ampliação de oportunidades de trabalho e renda. As diretrizes da política também incentivam a participação social, reforçando a legitimidade democrática e o estímulo a redes da juventude em seus territórios (Brasil, 2025).

A aprovação dessa Lei demonstra uma resposta institucional direta ao desafio do êxodo rural, alinhando-se aos princípios defendidos por pesquisadores como Castro (2016) e Spavanelo *et al.* (2017), que destacam a importância de políticas públicas voltadas para as particularidades dos jovens que atuam na agricultura familiar, pecuária, agroecologia e outras atividades produtivas do meio rural, das florestas e das águas.

Ao verificar nível educacional (Gráfico 2), constatou-se que a maioria dos agroextrativistas do Vale do Urucuia-MG possui um grau de instrução de Fundamental Incompleto (26,67%). Em seguida, 20% têm nível Fundamental Completo; 13,33% possuem Ensino Médio e outros 13,33% têm Ensino Técnico; e 20% alcançaram Ensino Superior. Observa-se uma variação considerável entre os diferentes níveis de instrução, com uma distribuição relativamente equilibrada nas demais categorias, exceto pela baixa proporção de indivíduos analfabetos (6,67%). Esses resultados indicam que os participantes da pesquisa envolvidos no agroextrativismo na região do Vale do Urucuia possuem, em sua maioria, um grau educacional baixo ou médio. No entanto, há uma parcela significativa com formação técnica e superior (33,33%), que relatou que a qualificação acadêmica contribuiu para o aprimoramento de seus conhecimentos e a melhoria das práticas agroextrativistas.

Gráfico 2: Grau de instrução dos agroextrativistas



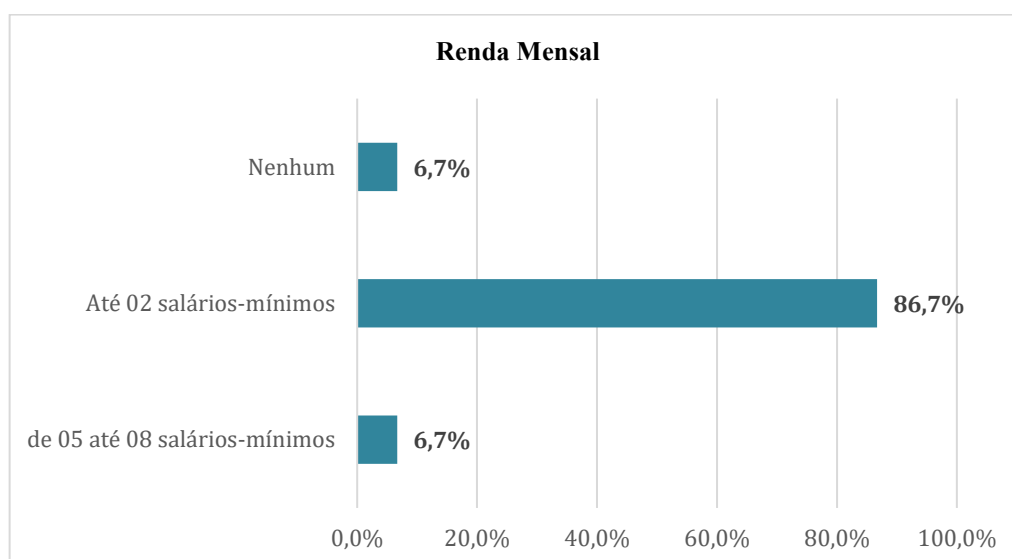
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Confirmando os dados revelados pela pesquisa, a análise documental sinalizou que a COPABASE contribuiu para o aumento dos índices de escolaridade entre seus cooperados. A cooperativa estima que, por meio de suas parcerias, conseguiu oferecer oportunidades de alfabetização para 1.800 alunos de comunidades rurais através do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) (COPABASE, 2021).

A pesquisa de Moraes (2021) revela que o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Campus Arinos, tem desempenhado um papel crucial na mitigação da carência educacional e profissional no Vale do Rio Urucuia. Desde sua fundação, a instituição atendeu aproximadamente 6.000 alunos e formou 730 profissionais, dos quais 470 concluíram o Ensino Médio e 260 os cursos superiores. Anualmente, o campus recebe 200 novos alunos nos cursos superiores e 195 no Ensino Médio. Esses dados ressaltam a relevância do Campus para a região, com 93,7% dos estudantes do Ensino Integrado provenientes de cidades locais e 95,5% no Ensino Superior, evidenciando o impacto positivo das ações institucionais ao longo da última década. Os resultados desta pesquisa corroboram os dados apresentados pela autora, reforçando a importância do Instituto Federal para o desenvolvimento educacional e profissional da região.

A análise da amostragem realizada no Vale do Urucuia-MG indica que a maior parte dos agroextrativistas entrevistados reside na propriedade, correspondendo a 94% dos participantes. Apenas 7% afirmaram não residir na propriedade, embora atuem como agroextrativistas. Outro aspecto discutido para delinear o perfil dos agricultores diz respeito à renda mensal das famílias envolvidas nessa atividade. Observa-se uma significativa concentração na faixa de até 02 salários-mínimos, a qual representa 86,7% (13 de 15 pessoas entrevistadas) da amostra. Esses números revelam que a maior parte da amostra é composta por pessoas com baixa renda, enfatizando uma possível necessidade de atenção a programas ou políticas destinadas a aprimorar o poder aquisitivo desse segmento (Gráfico 3).

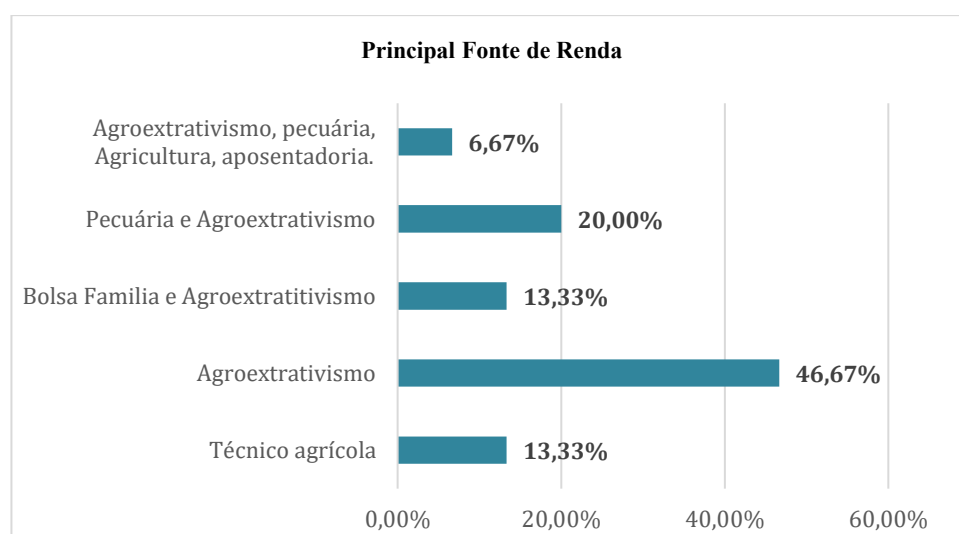
Gráfico 3: Renda Mensal dos agricultores extrativistas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O Gráfico 4 mostra que o agroextrativismo é a principal fonte de renda, contribuindo com 46,67%, seguido por combinações que englobam a pecuária ou suporte do governo. Em certas situações, a diversificação das fontes de renda sugere táticas econômicas, onde a pecuária e o agroextrativismo se sobressaem como as principais, representando 20%. Por outro lado, a interação entre o Programa Bolsa Família e o agroextrativismo alcançam 13,33%, enquanto a função de Técnico Agrícola também ocupa 13,33%. As outras maneiras de aumentar a renda somam 6,67%.

Gráfico 4: Principal fonte de renda dos agroextrativistas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

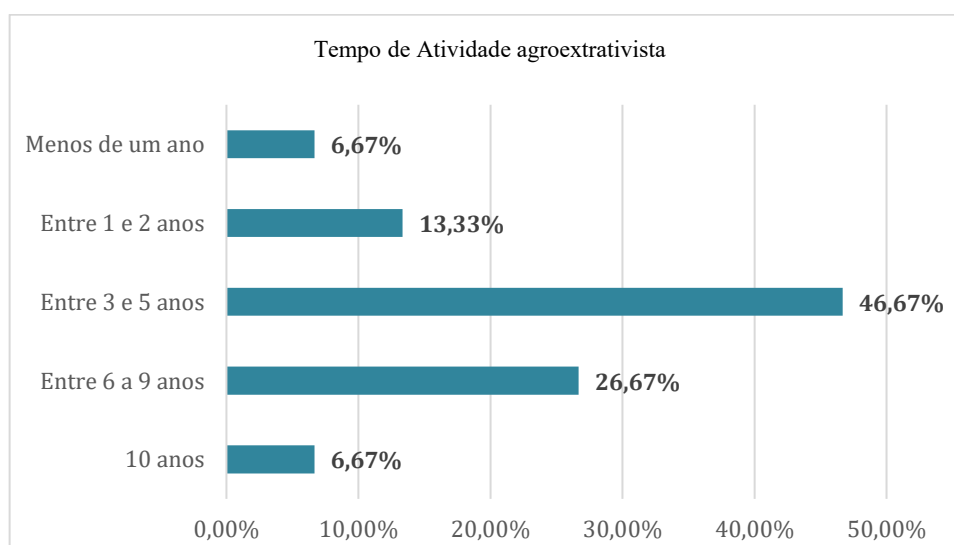
É importante destacar que os agricultores de base familiar entrevistados nesta pesquisa indicaram que o agroextrativismo geralmente é associado a outras fontes de renda. No cenário

atual, diversas famílias não conseguem garantir sua subsistência exclusivamente por meio dessa prática. Contudo, essa atividade exerce uma função significativa na formação da renda familiar, embora não seja suficiente para cobrir as principais despesas. Esta proporção reflete o papel do agroextrativismo no bioma Cerrado, em especial no Vale do Urucuia-MG, como importante fonte de renda para os sujeitos do campo que não possuem outra opção para garantir a subsistência.

Dentro desse contexto, em decorrência da sazonalidade dos frutos do Cerrado, os quais são obtidos por meio de atividades agroextrativistas, em determinadas regiões essa prática se configura como a principal fonte de renda para os agricultores. Em outras localidades, exerce um papel de complemento à renda, estando associada a uma produção agropecuária de menor impacto, como a criação de animais e o cultivo destinado ao autoconsumo (Nogueira; Fleischer, 2005). Essa atividade assume relevância para a subsistência de diversas comunidades, com quase toda a produção voltada para comercialização, especialmente no norte de Minas Gerais, onde os frutos mais frequentemente coletados são pequi, baru e buriti (Bispo; Diniz, 2014).

Em relação ao tempo de atividade extrativista, a maioria possui experiência moderada na coleta entre 3 e 5 anos, o que representa 46,67%, com uma boa parcela já consolidada entre 6 e 9 anos (26,67%); entre 1 e 2 anos (13,33%) e poucos iniciantes na atividade (6,67%). Isso sugere uma continuidade da prática ao longo dos anos, mas também espaço para capacitar os novos entrantes (Gráfico 5).

Gráfico 5: Tempo de Atividade Agroextrativista



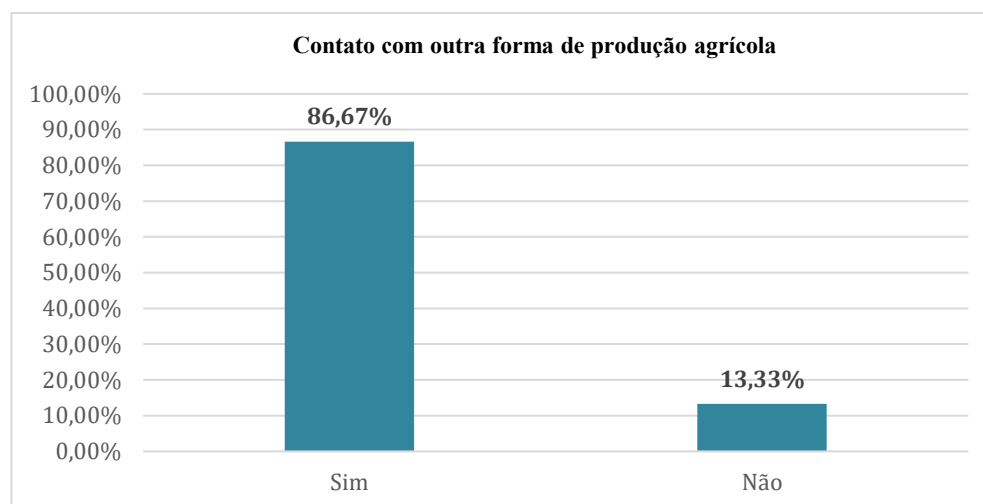
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Adicionalmente, todos os entrevistados afirmaram que estão vinculados à COPABASE. Na visão de Moreira (2021), a organização em cooperativas permite aos agricultores familiares

aumentar sua renda, diversificar suas produções e promover o desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, contribuem para a valorização territorial e o fortalecimento da economia local.

Em relação ao contato com outras formas de práticas agrícolas antes das práticas agroextrativistas, os dados indicam que a maioria significativa (86,67%) dos entrevistados já tinha experiência prévia com outras formas de produção agrícola ou pecuária antes de iniciar atividades agroextrativistas. Isso sugere que o agroextrativismo pode estar sendo adotado por pessoas com algum nível de conhecimento ou vivência no setor agrícola ou pecuário, o que pode facilitar a transição ou adaptação para essa atividade. Os restantes dos entrevistados (13,33%) relataram não ter experiência prévia com essas práticas, o que pode sugerir a incorporação de novos perfis nessa prática (Gráfico 6).

Gráfico 6: Contato com outra forma de produção agrícola agroextrativismo



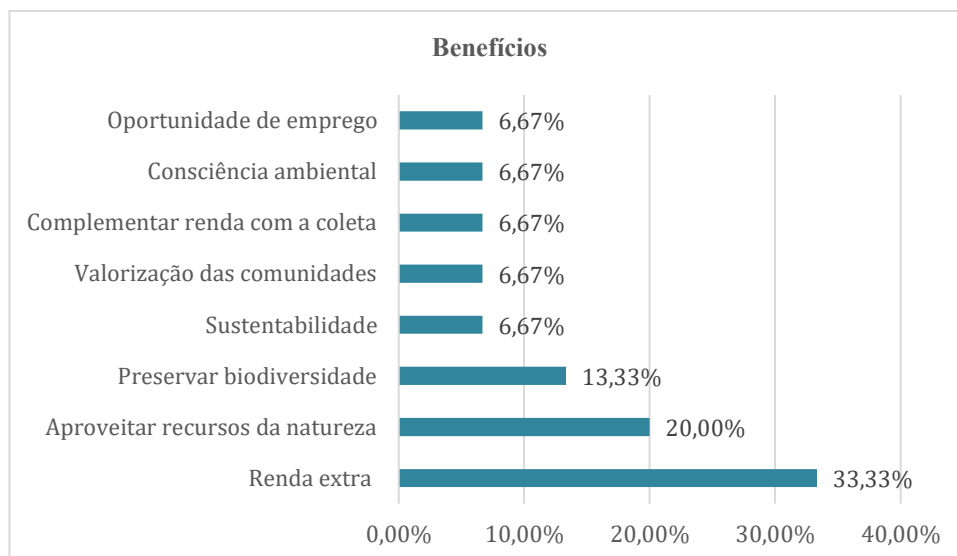
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Ao analisar a diversidade de realidades nas áreas de produção de frutos do Cerrado no Vale do Urucuia, em Minas Gerais, fica clara a necessidade de identificar, mesmo que subjetivamente, as motivações dos agricultores familiares que os levaram à prática agroextrativista na região. Para alguns indivíduos, essa modalidade de agricultura não representa uma escolha, mas sim a única alternativa para assegurar condições mínimas de sobrevivência ou subsistência. Além disso, a influência familiar também se destaca como um fator motivador importante.

Sob uma perspectiva socioeconômica, o agroextrativismo tem sido crucial para a renda familiar, a conservação da biodiversidade, a produção de mudas, o autoconsumo, a integração dos agricultores à COPABASE e redes de troca, além de possibilitar a transformação e comercialização dos frutos, reforçando a multifuncionalidade dessa atividade.

Adicionalmente, os agricultores familiares destacam a “renda extra” como principal benefício associado à prática agroextrativista no Vale do Urucuia, sendo mencionada direta ou indiretamente em grande parte das respostas. Outros aspectos relevantes incluem o aproveitamento dos recursos naturais, a preservação da biodiversidade e das comunidades tradicionais, evidenciando o equilíbrio entre benefícios socioeconômicos e ambientais (Gráfico 7).

Gráfico 7: Benefícios das práticas agroextrativistas.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Em relação às comunidades extrativistas do Cerrado Mineiro, localizadas no Vale do Urucuia, a prática sustentável da biodiversidade já é uma realidade. As comunidades tradicionais, que englobam indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros e outras comunidades, apreciam os produtos oriundos da sociobiodiversidade do Cerrado, empregando plantas, raízes e frutos para a obtenção de alimentos e como recursos financeiros. Para certas comunidades, o Cerrado, além de ser essencial para a conservação, é uma herança cultural (Mourão; Engler, 2014).

Embora os benefícios mencionados sejam evidentes, o agroextrativismo apresenta uma grande complexidade. Esse sistema não envolve apenas aspectos técnicos da produção, como produto, fornecimento, logística, processamento, qualidade, sazonalidade e perecibilidade. Também há uma dependência significativa das pessoas e de suas organizações, considerando seus históricos, culturas, escolhas pessoais e envolvimento nas atividades. Esse contexto está intimamente relacionado às políticas públicas e às iniciativas de organizações não governamentais e da sociedade civil (Bispo, 2020).

O manejo da paisagem no Cerrado por essas comunidades envolve práticas essenciais para a preservação do bioma. A gestão dessas áreas não visa conservar áreas intocadas, mas

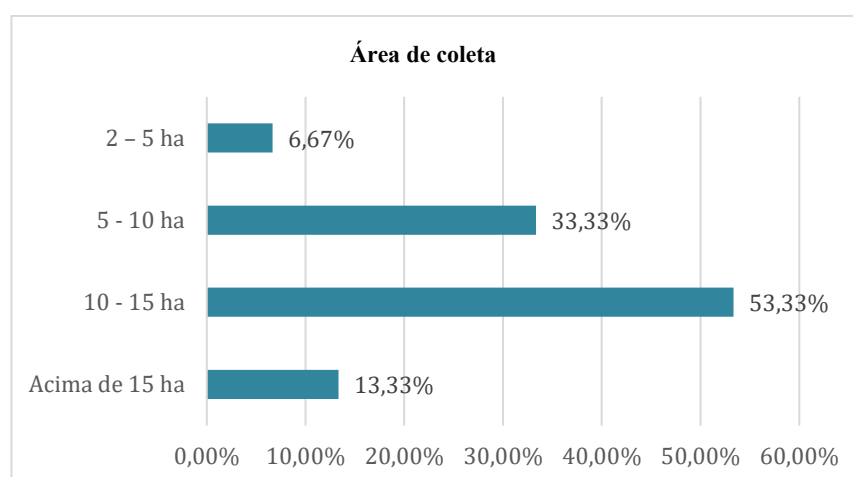
sim criar paisagens que integrem biodiversidade, ciclos hídricos e regulação climática, utilizando saberes tradicionais das populações que interagem com o meio ambiente (Berte *et al.*, 2024).

No que se refere à situação fundiária das propriedades agroextrativistas, a maioria das respostas (73,33%) apontou que as propriedades estão localizadas em Assentamentos de Reforma Agrária, assim como os locais de coleta. Somente 26,67% dos participantes afirmaram ter um terreno próprio. Isso indica que uma considerável parte dos entrevistados desenvolve suas atividades em contexto de Reforma Agrária, o que pode estar ligado a práticas coletivas e iniciativas de redistribuição de terra.

Nesse sentido, os assentamentos rurais, resultantes da Reforma Agrária no Brasil, constituem um marco significativo na busca por uma distribuição mais equitativa da terra. Esses locais, habitados por famílias de agricultores, exercem uma função essencial na produção de alimentos, na preservação do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento rural sustentável (Rossetto *et al.*, 2024).

No que diz respeito ao tamanho da área de coleta agroextrativista, os entrevistados afirmaram que a maioria dessas áreas (53,33%) possui tamanho entre 10 e 15 hectares, enquanto 33,33% encontram-se entre 5 e 10 hectares. Áreas acima de 15 hectares correspondem a 13,33% das respostas, e apenas 6,67% possuem entre 2 e 5 hectares. Considerando que em Minas Gerais o módulo fiscal varia entre 5 e 65 hectares, esses dados sugerem que os locais de coleta estão predominantemente em áreas de pequeno porte (Gráfico 8).

Gráfico 8: Tamanho da área de coleta em hectares



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

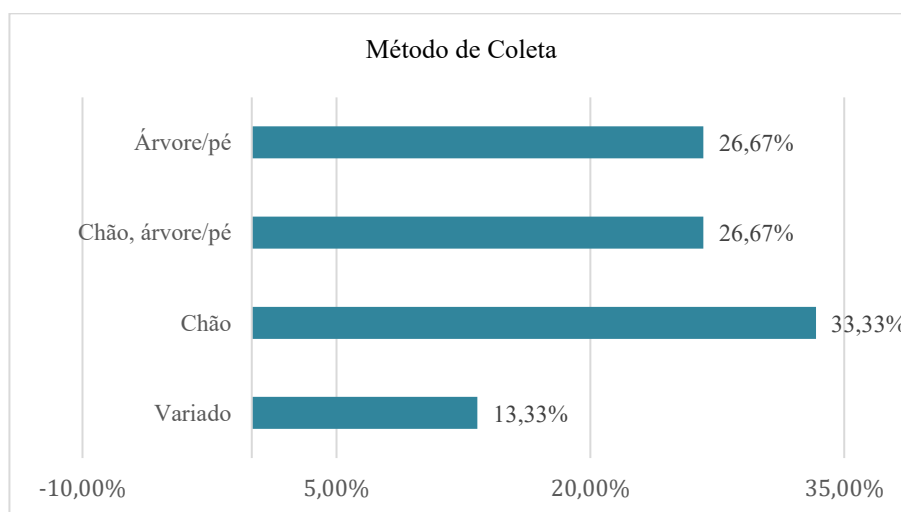
No contexto do desenvolvimento rural brasileiro, é crucial reconhecer que as áreas de coleta de produtos agroextrativistas desempenham um papel significativo na promoção da

função social da terra. José Graziano da Silva destaca a importância de políticas públicas inclusivas e sustentáveis, afirmando que “a agricultura familiar é um elemento-chave para o desenvolvimento rural, pois combina a produção agrícola com a preservação dos saberes tradicionais e a sustentabilidade ambiental” (Silva, 2001, p. 40). Essas ideias são fundamentais para entender o papel da agricultura familiar no cenário rural contemporâneo.

3.1 Caracterização da prática agroextrativista no Vale do Urucuia

Para caracterizar a prática agroextrativista dos agricultores familiares envolvidos neste estudo, observou-se uma considerável variação nos métodos de coleta adotados. De acordo com os dados coletados, 33,33% dos participantes realizaram a coleta diretamente do chão. Outros 26,67% utilizam métodos combinados, coletando tanto do chão quanto das árvores ou pés das plantas. Além disso, a coleta exclusivamente das árvores ou pés também é praticada por 26,67% dos participantes. Por fim, 13,33% dos participantes relataram que o método de coleta varia conforme o tipo de produto que está sendo coletado (Gráfico 9).

Gráfico 9: Método de coleta adotado pelos agroextrativistas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Nessa perspectiva, as comunidades agroextrativistas desenvolvem, em seu dia a dia, métodos mais eficientes para a extração desses recursos, visando economizar tempo e reduzir a força de trabalho necessária, sem perder a qualidade e a quantidade do produto coletado (Silva *et al.* 2017).

Esses recursos são obtidos tanto em áreas de floresta quanto em regiões modificadas pela atividade humana. Fatores como o tempo necessário para transporte e coleta, a qualidade superior e a maior disponibilidade dos recursos, bem como as dificuldades logísticas associadas

à coleta em áreas florestais, influenciam a preferência na coleta desses recursos gerenciados (Santos; Castro, 2010; Silva *et al.*, 2017). A Figura 5 ilustra a coleta do baru (à esquerda) e da cagaita (à direita).

Figura 5: Coleta de baru e cagaita



Fonte: COPABASE, 2025.

As práticas agroextrativistas no Cerrado envolvem a coleta de diversos produtos naturais, obtidos tanto do chão quanto diretamente das árvores. Entre os itens mais comuns estão o pequi, a castanha de baru, plantas medicinais, produtos da apicultura/meliponicultura, óleo vegetal, cajuzinho do cerrado, macaúba, buriti, mangaba e materiais para artesanato.

Entre os 15 entrevistados, houve a possibilidade de indicar mais de um produto coletado. O baru (Castanha) foi o produto mais mencionado, coletado por 93,33% dos participantes. A mangaba apareceu em 73,33% das respostas, seguida pelo cajuzinho do cerrado, citado por 60% dos entrevistados. Outros produtos, como coquinho azedo, pequi e cagaita, foram mencionados por 26,67% dos participantes. Produtos menos comuns, como macaúba e umbu, apareceram em apenas 6,67% das respostas. Além da coleta dos frutos do Cerrado, os agricultores produzem frutas como maracujá, goiaba e jabuticaba, além de criar pequenos animais e cultivar hortaliças para o autoconsumo.

Esses dados destacam a diversidade de frutos e práticas no agroextrativismo no Vale do Urucuia-MG, com ênfase nos produtos mais tradicionais do Cerrado. A Figura 6 ilustra o quadro com uma lista dos principais produtos coletados pelos agroextrativistas participantes desta pesquisa, bem como os métodos de manejo. Entre os sistemas de manejo, o agroecológico e o agroflorestal são os mais predominantes, seguidos pelos sistemas convencionais e aqueles em transição agroecológica.

Figura 6: Quadro com os principais produtos coletados pelos agroextrativistas – Vale do Urucuia

Produtos do Cerrado	Manejo
Baru (<i>Dipteryx alata</i> Vog)	Convencional/transição agroecológica
Mangaba (<i>Hancornia speciosa</i>)	Agroecológico/agroflorestal
Cajuzinho do cerrado (<i>Spondia cf. lutea</i> L.)	Agroecológico/agroflorestal
Coquinho azedo (<i>Butia capitata</i>)	Agroecológico/agroflorestal
Pequi (<i>Caryocar brasiliense</i>)	Convencional/transição agroecológica
Cagaita (<i>Eugenia dysenterica</i>)	Agroecológico/agroflorestal
Araticum (<i>Annona crassiflora</i>)	Agroecológico/agroflorestal
Macaúba (<i>Acrocomia aculeata</i>)	Agroecológico/agroflorestal
Jatobá (<i>Hymenaea</i> Sp)	Agroecológico/agroflorestal
Plantas medicinais	Convencional/transição agroecológica
Apicultura / Meliponicultura	Convencional/agroflorestal

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Nesta pesquisa, observou-se que o manejo do pequi e do baru geralmente adota sistemas convencionais ou está em processo de transição para agroecologia, uma vez que a maior parte das áreas de coleta está localizada em fazendas voltadas para a criação de gado (pecuária) ou para o cultivo de monoculturas. Segundo os entrevistados, o baru não fazia parte da tradição alimentar da região. Esta alteração na percepção e apreciação do baru mostra a importância da implementação de práticas sustentáveis e manejo adequado das espécies nativas, favorecendo conservação biodiversidade.

Corroborando com esses, o estudo realizado por Bispo (2020) aponta que o baru era utilizado principalmente como alimento para gado bovino. Alguns fazendeiros acreditavam que o consumo excessivo de baru poderia causar mal-estar ou até a morte dos animais devido a uma possível intoxicação alimentar. Antes de o baru adquirir um valor comercial mais elevado, muitos fazendeiros chamavam catadores para realizar a coleta, evitando que o gado ingerisse grandes quantidades do fruto. Nas áreas de pastagem, quase toda a vegetação nativa foi removida, restando apenas os pés de baru e de pequi.

O pequizeiro (*Caryocar brasiliense*) ocorre principalmente no Cerrado, onde o manejo agroextrativista está vinculado à preservação ambiental, resistência sociocultural e geração de renda local. Segundo o Catálogo da Sociobiodiversidade do Cerrado *World Wide Fund for Nature* (WWF), são encontrados em média 25 exemplares por hectare, podendo chegar a 100 em áreas mais densas. A produção varia de 110 a 420 frutos por planta, a floração vai de maio a outubro e a frutificação de outubro a fevereiro (Bauer; Santos; Santos, 2022).

A relevância sociocultural do extrativismo do pequi decorre, além dos fatores mencionados anteriormente, do fato de a coleta dos frutos ocorrer predominantemente em propriedades privadas, independentemente de serem pertencentes aos próprios agroextrativistas, mediante o emprego de práticas de manejo que devem ser rigorosamente respeitadas para assegurar a conservação da espécie, o cumprimento de suas funções ecológicas e a sua perpetuação. Entre essas técnicas tradicionais destacam-se: realizar a coleta apenas após a queda natural do fruto ao solo, garantindo sua maturidade para consumo e evitando danos à árvore; reservar parte dos frutos para a fauna local, favorecendo assim a dispersão e o recrutamento de novos indivíduos; e adotar cuidados especiais com plantas jovens, especialmente no que se refere à proteção contra queimadas e pisoteio por gado (Teixeira, 2019).

No que se refere ao manejo agroecológico é fundamental reconhecer a diversidade de práticas agroecológicas em vigor, incluindo métodos utilizados por agricultores tradicionais, povos indígenas, comunidades quilombolas, geraizeiros, vazanteiros e outras coletividades que valorizam os produtos da sociobiodiversidade do Cerrado. Essas práticas abrangem o agroextrativismo, que combina a coleta de produtos não madeireiros com o cultivo de alimentos em roças, criação de pequenos animais e atividades pesqueiras. Além disso, processos como a agricultura familiar camponesa mantêm uma forte conexão com seus territórios (Berte *et al.*, 2024).

Ao fazer um recorte para números de pessoas envolvidas com o agroextrativismo, verificou-se que a maioria dos entrevistados, 57,1%, indicou que duas pessoas estão diretamente envolvidas nessas atividades. Em seguida, 21,4% mencionaram a participação de 3 pessoas, enquanto 14,3% indicaram 4 pessoas. Apenas um caso relatou a participação de mais de 5 pessoas. A força de trabalho nas práticas agroextrativistas é predominantemente familiar, o que também se reflete na gestão das unidades de produção. Dos 15 entrevistados, 13 participam apenas da COPABASE, representando 86,7% do total. Além disso, 2 entrevistados indicaram participação adicional no sindicato de produtores rurais e no Laticínio Piracanjuba.

As principais atividades realizadas em parceria com a COPABASE incluem a organização para produção, beneficiamento, comercialização, oferta de assistência técnica, cursos e treinamentos. Esse envolvimento demonstra a importância das cooperativas e entidades associativas na promoção e desenvolvimento das práticas agroextrativistas, bem como na capacitação e no suporte aos produtores locais.

A participação em entidades associativas, como associações, sindicatos, colônias de pescadores e cooperativas, é uma estratégia amplamente adotada pelas comunidades

agroextrativistas. No contexto da COPABASE, os agroextrativistas destacaram diversas vantagens e desvantagens associadas à sua participação. Entre as vantagens mencionadas pelos entrevistados estão a comercialização dos produtos, a assistência técnica e a logística fornecida pela cooperativa. Esses benefícios contribuem para uma maior segurança na comercialização e um suporte técnico mais especializado, aspectos essenciais para a sustentabilidade das práticas agroextrativistas.

Por outro lado, as desvantagens mais frequentemente apontadas incluem os preços baixos pagos pela cooperativa. Esses fatores representam desafios significativos para os cooperados, que precisam equilibrar os benefícios obtidos com a comercialização segura e a assistência técnica, com as dificuldades financeiras impostas pelos preços mais baixos.

Esses dados mostram que, embora haja benefícios claros na participação em entidades associativas como a COPABASE, ainda existem desafios a serem superados. Buscar um equilíbrio entre as vantagens e desvantagens é crucial para garantir a sustentabilidade e a viabilidade econômica das práticas agroextrativistas na região, promovendo o desenvolvimento das comunidades locais e a preservação dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, reconhecido por sua vasta biodiversidade e pelas inúmeras paisagens que compõem seu território, apresenta um ambiente propício ao desenvolvimento de práticas sustentáveis, especialmente o agroextrativismo. Este modelo de produção, que integra a extração responsável de recursos naturais com atividades agrícolas familiares, representa uma alternativa estratégica frente aos impactos negativos do modelo convencional de exploração intensiva da terra. No contexto desta dissertação, foi possível evidenciar como o agroextrativismo se configura como uma prática ancestral e ao mesmo tempo contemporânea, promovendo o equilíbrio entre natureza, cultura e economia.

O estudo se concentrou no território do Vale do Rio Urucuia, com destaque para os municípios de Arinos, Buritis, Urucuia e Uruana, onde a presença da Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base em Economia Solidária (COPABASE) tem se mostrado fundamental para a articulação das famílias agroextrativistas locais. A pesquisa foi conduzida com a finalidade de identificar o porte e a organização das práticas agroextrativistas desenvolvidas na região. A partir desse ponto de partida, foram examinados aspectos como o perfil socioeconômico dos sujeitos envolvidos, as condições fundiárias das áreas destinadas à coleta, os métodos de produção empregados e as motivações que sustentam a escolha por essa forma de agricultura.

Os dados obtidos, tanto por meio da revisão bibliográfica quanto pela pesquisa de campo, revelam que o agroextrativismo é mais do que uma prática econômica: é uma forma de resistência, de permanência no território e de afirmação cultural. As famílias envolvidas não apenas garantem sua subsistência através da coleta de frutos do Cerrado, como também assumem o papel de guardiãs da biodiversidade local, atuando na conservação dos recursos naturais e na valorização dos saberes tradicionais transmitidos intergeracionalmente.

A atuação da COPABASE tem sido crucial na organização social dos produtores, viabilizando não apenas o acesso a mercados mais justos, mas também promovendo educação, formação política, inclusão de mulheres e jovens, e incentivando a agroecologia como eixo estruturante das ações produtivas. Tais elementos demonstram que as experiências agroextrativistas, quando articuladas com cooperativas comprometidas com os princípios da economia solidária, podem ampliar significativamente os benefícios sociais e econômicos para as comunidades envolvidas.

Apesar disso, os desafios enfrentados ainda são muitos. A ausência de políticas públicas contínuas e adequadas, a baixa escolaridade, os limites logísticos e infraestruturais, a

sazonalidade das coletas e a ausência de garantias fundiárias colocam em risco a continuidade e a ampliação dessas práticas. A expansão do agronegócio, marcada por monoculturas, uso intensivo de agrotóxicos e desmatamento acelerado, compromete a estabilidade dos ecossistemas e ameaça diretamente os modos de vida tradicionais.

Diante desse cenário, o fortalecimento do agroextrativismo exige ações integradas e intersetoriais. É urgente que o Estado brasileiro assume o compromisso de investir em infraestrutura rural, ampliar o acesso ao crédito orientado à agricultura familiar, ofereça assistência técnica adequada às especificidades do extrativismo e garanta a regularização fundiária das comunidades tradicionais. Paralelamente, é necessário fomentar espaços de formação continuada para os agricultores, promovendo o empoderamento político, técnico e social desses sujeitos.

Ademais, o reconhecimento da importância do Cerrado como bioma estratégico para o equilíbrio ecológico nacional deve ser acompanhado de medidas concretas para sua proteção. Valorizar os produtos da sociobiodiversidade, promover cadeias curtas de comercialização, estabelecer políticas de compras públicas com prioridade para a agricultura familiar e apoiar pesquisas que envolvam as comunidades locais são caminhos eficazes para consolidar o agroextrativismo como uma política de Estado e não apenas como uma iniciativa pontual.

Ao concluir esta dissertação, é possível afirmar que o agroextrativismo no Vale do Urucuia revela uma experiência rica, desafiadora e extremamente significativa. A partir das vivências dos(as) agricultores(as) entrevistados(as), foi possível compreender que práticas sustentáveis não apenas existem como alternativa ao modelo hegemônico de produção, mas se mostram viáveis e necessárias para a construção de uma nova ruralidade baseada na justiça social, na soberania alimentar e na conservação dos ecossistemas.

O potencial do agroextrativismo vai além da geração de renda: ele propõe uma mudança de paradigma, resgatando valores como cooperação, solidariedade, respeito à natureza e protagonismo comunitário. A valorização dos modos de vida tradicionais não é apenas uma questão de justiça histórica, mas um requisito para enfrentar os desafios da crise ambiental global.

Por fim, esta pesquisa reafirma a importância de continuar investindo em estudos que abordem as múltiplas dimensões do agroextrativismo, promovendo a integração entre saberes acadêmicos e populares, entre ciência e tradição. É necessário avançar na construção de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável, que reconheça as comunidades agroextrativistas como centrais na preservação da biodiversidade e na construção de um futuro mais justo e equilibrado para todos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma agrária*, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.
- AFONSO, S. R. *A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi (Caryocar brasiliense)*. Tese (Doutorado em Ciências Florestais). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- AFONSO, S. R. Innovation Perspectives for the Bioeconomy of Non-Timber Forest Products in Brazil. v. 13, *Forests*, 2022. Available at: <https://doi.org/10.3390/f13122046>.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; LINS NETO, E. M. F. Seleção dos participantes da pesquisa. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. *Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica*. Recife: Nupeea; 2010. p. 21-38
- ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55), 33-52, 2004.
- ALTIERI, M. A. *Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture*. Boulder: Westview Press, 1987. 227 p.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. *Agroecología Teoría y práctica para una agricultura sustentable*. 1. ed. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, 2000.
- ARRAES, R. A.; MARIANO, F. Z.; SIMONASSI, A. G. Causas do desmatamento no Brasil e seu ordenamento no contexto mundial. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 1119–140, 2012.
- ARRUDA, R. S. V. *Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação*. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 273-290.
- ASSIS, E. L.; ZAMPIER, H. *Os impactos das mudanças climáticas na agropecuária brasileira de 2015 a 2020. 2021*. Monografia (Graduação em Ciências econômicas) - Repositório Universitário da Ânima, 2021.
- BAUER, A. C.; SANTOS, K. S; SANTOS, T. G. dos. Catálogos de Produtos da Sociobiodiversidade do Cerrado. 2022. WWF Brasil. Disponível em: <http://aprender.posse.ueg.br:8081/jspui/handle/123456789/301>. Acesso em 11 de setembro de 2025
- BERKES, F. C. J. *et al.* Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. *Ecological Applications*, v. 10, p. 1251-1262, 2000.
- BERTE, M. L.; CALDAS, L. C.; FIGUEIREDO, I. B.; SOUZA, C. *Caderno didático: agroecologia e sociobiodiversidade do Cerrado*. Organização de Marccella Lopes Berte, Isabel

Benedetti Figueiredo, João Batista Begnami. 1. ed. Brasília, DF: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2024.

BERTUCCI, A.; LIMA, C.; TYGEL, D.; NAGEM, F.; AMORIM, R.; PATROCÍNIO, R. S.; KIRSCH, R.; SILVA, S. ECONOMIA SOLIDÁRIA: Outra economia a serviço da vida acontece. Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010, 46 p. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/> Acesso em: jun.2025.

BISPO, T.W. *Agroextrativismo no vale do Rio Urucuia* – Minas Gerais: formas de organização da produção e da distribuição. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BISPO, T.W.; DINIZ, J.D.A.S. Agroextrativismo no Vale do Rio Urucuia – MG. *Sustentabilidade em Debate*, v.5, n.3, p.37-55, 2014.

BISPO, T. W. *A transformação do agroextrativismo do Cerrado: casos do Sul Maranhense e do Vale do rio Urucuia em Minas Gerais*. 2020. xvii, 212 f, il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) —Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

BISPO, T. W.; GUÉNEAU, S.; BRAGA, C. L.; LIMA, C. C. Cadeias Produtivas dos frutos nativos do Cerrado: estudo de caso sobre o agroextrativismo no Vale do Rio Urucuia em Minas Gerais e no Sul Maranhense The productive chains of the cerrado's native fruits and their specificities. *Informe GEPEC, [S. l.]*, v. 25, p. 133–152, 2021.

BORGES, D. M. L.; MARZANO ARAUJO, V.; RIBEIRO, E. M.; CRUZ, M. S. da; SANTOS, L. R. A comercialização de produtos do agroextrativismo em feiras livres do Alto Jequitinhonha. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 15, n. 36 jul., p. 325–356, 2020. DOI: [10.14393/RCT153613](https://doi.org/10.14393/RCT153613). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/52179>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRACK, P.; KÖHLER, M.; CORRÊA, C. A.; ARDISSONE, R. E.; SOBRAL, M. E. G.; KINUPP, V. F. *Frutas nativas do Rio Grande do Sul, Brasil: riqueza e potencial alimentício*. Rodriguésia, 71, e03102018, 2020. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/2175-7860202071091>

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 47.999, de 4 de maio de 2020. *Institui o Programa Estadual do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar de Minas Gerais* – COOPERA-F-MG. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 5 maio 2020. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/agricultura/pagina/servicos/cooperaf-mg>. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.088, de 3 de julho de 2024. *Institui o Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, do Associativismo e dos Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jul. 2024. Disponível

em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.088-de-3-de-julho-de-2024-507498674>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. *Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, p. 1-2, 25 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 15.178, de 24 de julho de 2025. *Institui a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/07/presidente-sanciona-lei-que-institui-a-politica-nacional-de-juventude-e-sucessao-rural>. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.068, de 5 de março de 2024. *Institui a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária – Sinaes*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 mar. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L15068.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. *Regulamenta o acesso ao patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Diário Oficial da União, 21 maio 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Biodiversidade Brasileira*. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Consulta pública do Plano Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Dourados News, 2025a. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/noticias/brasil/aberta-consulta-publica-do-plano-nacional-dos-povos-e-comunidades/1265100>. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. *Governo federal passa a regularizar ocupação em florestas públicas por comunidades tradicionais*. Brasília, 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/02/governo-federal-passa-a-regularizar-ocupacao-em-florestas-publicas-por-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Conservação da sociobiodiversidade*. Brasília: MMA, 02 abr. 2025c. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secd/salvaguadas-de-redd/salvaguadas/conservacao-da-sociobiodiversidade>. Acesso em: 30 set. 2025.

BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M.; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, v.22, n.2, p. 105-121, 2013.

CABANES, M.; GÓMEZ, J. D. Economía social y Soberanía Alimentaria: aportaciones de las cooperativas y asociaciones agroecológicas de producción e consumo al bienestar de los territorios. CIRIEC-España, *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 82, 127-154, 2014.

CAMPOS, L. Agroextrativismo: um método eficiente no combate a queimadas. *ECOIA - Ecologia e Ação*, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://ecoa.org.br/agroextrativismo-um-metodo-eficiente-no-combate-a-queimadas/>. Acesso em: 18 maio 2025.

CARDOSO, U. C. COOPERATIVA: Série Empreendimentos Coletivos. Brasília: *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE*, 2014.

CARRAZZA, L. R. Agroextrativismo com estratégia de desenvolvimento com conservação ambiental. Disponível em < www.rts.org.br/tecnologias-priorizadas/certificacao-agroextrativista>. Acesso em 13 de junho de 2009

CASTRO, E. G. de. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. *Política & Trabalho*, João Pessoa, v. 45, p. 193-212, 2016.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. *Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa*. In: CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2009.

CEBALLOS, G.; EHRLICH, P. R.; HAVEN, P. H. Vertebrates on the brink as indicators of biological annihilation and the sixth mass extinction. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 117, n. 24, p. 13596–13602, jun. 2020. DOI: 10.1073/pnas.1922686117.

CENTRAL DO CERRADO. *A Central do Cerrado*. 2025. Disponível em: <https://www.centraldocerrado.org.br/acentraldocerrado> . Acesso em: 19 set. 2025.

CHAVES, M. S. *Plantas alimentícias não convencionais em comunidades ribeirinhas na Amazônia*. 2016. Dissertação (Mestrado em Agroecologia – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.

CONAFER. Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais. *Reconecte-se: agroextrativismo e a volta à produção ancestral*. 2024. Disponível em: <https://conifer.org.br/reconecte-se-agroextrativismo-e-a-volta-a-producao-ancestral/>. Acesso em: 18 set. 2025.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Anuário da Agricultura* 2023.

COPABASE. Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária (COPABASE): Há 13 anos promovendo a produção cooperada e a conservação do cerrado. Arinos-MG, 2021. Disponível em: <https://www.copabase.org/documentos-e-publica%C3%A7%C3%B5es> . Acesso em 09 de janeiro de 2025.

CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. São Paulo, SBPC, 2021.

DANIEL, M. L. *João Guimarães Rosa: travessia literária*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968, p. 73.

DAYRELL, C. A. “Agricultura Geraizeira”. In: *Diálogos Sociais Caminhos para o Desenvolvimento Territorial: novas abordagens*. Cid Durtra Wildhagen (Org.) Série. 1ª Ed. SEDVAN/IDENE. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

DEL GROSSI, M. E.; AZEVEDO MARQUES, V. PM. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2010.

DEMO, P. *Introdução da metodologia*. São Paulo: Atlas, 1985.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2000.

DINIZ, I. R.; MARINHO FILHO, J.; MACHADO, R. B; CAVALCANTI, R. B. *Cerrado: conhecimento científico quantitativo como subsídio para ações de conservação*. Thesaurus, Brasília, 2010.

DINIZ, J.; CERDAN, C. *Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica*. In Gazolla, M.; Schneider, S. (Orgs.), *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar* (pp. 261-282). Porto Alegre: UFRGS, 2017.

DUTRA, R. M.S.; SOUZA, M. M. O. Agroextrativismo e geopolítica da natureza: alternativa para o Cerrado na perspectiva analítica da cienciometria. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v.11, n.3, p. 110-133, dez. 2017.

FAO. Programa para el Censo Agropecuario Mundial. SOFA-2014. Available: <http://www.fao.org/world-census-agriculture/es/> Access:29 de julho 2024.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. The State of Food Security and Nutrition in the World. Roma: FAO, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fome-aguda-afeta-113-milhoes-de-pessoas-no-mundo-diz-relatorio-da-onu/amp/> e <http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2025.

FERRÃO, F. R.; THEODORO, S. H. *Agroecologia e a agricultura periurbana no Distrito Federal. Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural*. In: SARAIVA, R. C. S.; DINIZ, J. D. A. S.; NOGUEIRA, M. C. R. (Org.). Brasília: Universidade de Brasília, 2023. (Coleção Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, 3). p. 317.

FRANÇA FILHO, G.; BOULLOSA, R. *Economia solidária: uma abordagem teórica e crítica*. São Paulo: Cortez, 2015.

GABRIEL, C. G.; COSTA, L. C. F.; CALVO, M. C. M.; VASCONCELOS, F. A. G. Planejamento de cardápios para escolas públicas municipais: reflexão e ilustração desse

processo em duas capitais brasileiras. *Revista de Nutrição*, v. 25, n. 3, p. 363-372, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732012000300006> . Acesso em: 1 out. 2025.

GAIGER, L. I. Sentidos da economia solidária: entre o movimento e a política pública. *Revista Em Debate*, v. 5, n. 1, p. 11–26, 2013.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Método de Pesquisa*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODINHO, C. S. *Grande sertão [manuscrito]: inovação social e promoção da sociobiodiversidade* / Carla Soares Godinho. 2020.

GONÇALVES, A. L. Uso de resumos e palavras-chave em Ciências Sociais: uma avaliação. *Encontros Bibli, Florianópolis*, v. 13, n. 26, p. 78-93, 2008. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2008v13n26p78>

GRAEUB, B. E. *et al.* The state of family farms in the world. *World development*, v. 87, p. 1-15, 2016.

GREGOLIN, M. R. P.; GREGOLIN, G. C.; MATTIA, V.; CORBARI, F.; ZONIN, V. J.; ZONIN, W. J. Agricultura familiar e economia solidária: contextualização e apontamentos iniciais sobre uma aproximação com os 17 objetivos para transformar nosso mundo. *Revista Orbis Latina*, v. 7, n. 2, p. 1–15, 19 jul. 2017. Disponível em: <https://revistaorbis.org>. Acesso em: 24 set. 2025.

GUÉNEAU, S.; DINIZ, J. D. de A. S.; MENDONÇA, S. D.; GARCIA, J. P. Construção social dos mercados de frutos do Cerrado: entre sociobiodiversidade e alta gastronomia. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais, [S. l.]*, v. 7, n. 1, p. 130–156, 2017.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Brasileiro de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades e Estados: Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 1 out. 2025.

INÁCIO, J. B. *Territórios em disputa: a luta pela permanência das comunidades tradicionais no Cerrado e a participação das mulheres nas ações sociais e na economia solidária em Buritizeiro-MG*. 2021. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.617> .

ISPN. Instituto Sociedade, População e Natureza. *Territórios TICCAs no Cerrado: práticas de conservação e governança comunitária*. Brasília: ISPN, 2023.

JOSA, I. O. Entraves legais e conjunturais para o avanço do cooperativismo agroextrativista no Estado do Amazonas. *Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS* - v. 13, n. 1, jan./jun. 2016.

KAGEYAMA, P. *Extractive reserves in Brazilian Amazonia and genetic resources conservation*. [S.l.: s.n.], 1991. Disponível em: <<https://documentacao.socioambiental.org/documentos/K0D00005.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2025.

KOEHLER, J. *Construção de mercados da agricultura familiar, valorização da sociobiodiversidade e políticas públicas*. Dissertação de Mestrado em Agroecologia: um Enfoque para a Sustentabilidade Rural – Universidade Internacional de Andaluzia, Baeza, 2021. 103 p.

KÖHLER, M. *Diagnóstico preliminar da cadeia das frutas nativas no estado do Rio Grande do Sul*. 2014. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

LANDAU, E. C.; VALADARES, G. M. *Cobertura vegetal e uso da terra nos solos arenosos das áreas de afloramento do Sistema Aquífero Urucuiá*. Sete Lagoas, MG: Embrapa, 2020 (Documento).

LARSON, D. F.; MURAOKA, R.; OTSUKA, K. *Why African rural development strategies must depend on small farms*. *Global Food Security*, v. 10, p. 39-51, 2016.

LAVILLE, J. L. *A economia solidária: uma perspectiva internacional*. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, D. M. *Ribeirinhos do Amazonas: um estudo antropológico da comunidade São Francisco do Aiucá*. Manaus: EDUA, 2011.

LITTLE, P. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290

MACEDO, F. X. *A Importância da Cooperativa Agropecuária Unai LTDA- CAPUL- no desenvolvimento do cooperativismo no município de Unai - MG*. Assunção, PY, 2017. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Americana, 2017.

MARCHETTI, M.; PALAHÍ, M. Le prospettive della bioeconomia, tra strategie, Green Deal e Covid19. *Forest@ Journal of Silviculture and Forest Ecology*, v. 17, p. 52-55, 2020. Available at: <https://doi.org/10.3832/efor0059-017>

MARETTI, C.C.; SIMÕES, J.F. TICCAs: Análise da situação legal e da implementação no Brasil; territórios e áreas de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais no Brasil e relações com os conceitos associados aos TICCAs. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). 2020.

MARTINS, S. P. *Tendências globais e motivações da apropriação de terras ou “land grabbing” no Brasil*. Acessado em 05 de janeiro de 23 <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2021.57.9806>.

MATTEI, L. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR*, Piracicaba-SP, v.52, s.1, p.S105- S124, 2014.

METELLO, D. G. *Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama – Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico*. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

MEYER, G. *O campo artístico-cultural em terras de Guimarães: uma entrada para o desenvolvimento*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. 257 f.: il.

MIGUÉIS, A *et al.* A importância das palavras-chave dos artigos científicos da área das Ciências Farmacêuticas, depositados no Estudo Geral: estudo comparativo com os termos atribuídos na *MEDLINE*. *InCID*, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 112-125, 2013. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v4i2p112-125>.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social*. 21. ed. 80 p. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Regularização fundiária dos territórios quilombolas brasileiros*. Procuradoria-Geral da República, 2024. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2024/burocratico-e-demorado-entenda-o-processo-de-regularizacao-fundiaria-dos-territorios-quilombolas-brasileiros> . Acesso em: 23 set. 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Brasília: MTE, 2013. Disponível em: <https://www.trabalho.gov.br/economia-solidaria>. Acesso em: 29 set. 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Recriação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília: MTE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>. Acesso em: 29 set. 2025.

MUPAN; WETLANDS INTERNATIONAL. *Espaço TICCA Brasil: governança territorial e fortalecimento comunitário*. Brasília: Mupan, 2023.

MURRIETA, R. S. S. O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 97-150, 1998.

MORAIS, J. L. Lelis. *Política pública espacial como um horizonte de superação: a educação como ação transformadora do espaço*. 2021. 235 f., il. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MOREIRA, I. R. J *et al.* Papéis e desafios das cooperativas da agricultura familiar no processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em cidades de Minas Gerais, Brasil. *Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociologia*, v. 30, n. 3, p. 196-227, 2021.

MOTA, D.M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J.F.; RODRIGUES, R.F.A. O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. *Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR*, Piracicaba-SP, v.52, s.1, p. S189-S204, 2014.

MOURÃO, N. M.; ENGLER, R. DE C. Economia Solidária e Design Social: iniciativas sustentáveis com resíduos vegetais para produção artesanal. *Interações (Campo Grande)*, v. 15, n. 2, p. 329–339, jul. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. Fundamentos do Cooperativismo. Brasília: Sistema OCB, 2017. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacao/29/fundamentos-do-cooperativismo> Acesso em: 30 set. 2019.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. *Agropecuário. Anuário Ramos Agropecuário*, 2024. Disponível em: <<https://somoscooperativismo.coop.br/anuario-ramos/agropecuário>>. Acesso em: 19 set. 2025.

OCEMG. Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais. *Anuário do Cooperativismo Mineiro*, [2025]. Disponível em: <https://anuariomineiro.coop.br/anuario/>. Acesso em: 19 set. 2025.

PALUDO, R.; COSTABEBER, J. A. Sistemas agrofloretais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. *Revista Brasileira de Agroecologia*. v.7, n.2, p.63–76, 2012.

PEREYRA, P. E. R. *Contribuições do conhecimento dos pescadores no estudo da estrutura trófica de peixes e da pesca em rios da Amazônia*. 2021. Tese (Doutorado em Ecologia) – UFRGS, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/238886>. Acesso em: 24 set. 2025.

PINHO, D. B. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

PIRES, M. L. L. S.; AMORIM, J. B. B.; ALBUQUERQUE, P. A. T. S.; JUSTE, Y. P. V. *Cooperativismo, agricultura familiar e redes sociais na reconfiguração dos espaços rurais*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009. GT 11 – Globalização da Agricultura e dos Alimentos.

POJO, M. A.; OLIVEIRA, S. A.; ALMEIDA, R. Identidade ribeirinha e a centralidade do rio. *Revista Katalysis*, v. 17, n. 1, p. 181-190, 2014.

PORTO, M.F.; SOARES, W.L. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 37, n.125, p. 17- 50, jan./jun. 2012.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. *Revista Lumen*-ISSN: 2447-8717, v. 2, n. 4, 2018.

QUEIROZ, J. J. R. *Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCA) no cerrado e a comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém: uma aproximação*. 119 f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Planaltina, 2024.

RAMOS, M. O.; CRUZ, F. T.; SOUZA, G. C.; KUBO, R. R. Amazônica: *Revista de Antropologia* (Online), 9(1), 98-131, 2018. Recuperado de <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5485/4569>. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v9i1.5485>

REIS, A. F.; SCHMIELE, M. Characteristics and potentialities of Savanna fruits in the food industry. *Brazilian Journal of Food Technology*, Campinas, v. 22, e2017150, 2019. Available at: <https://doi.org/10.1590/1981-6723.15017>.

RIBAS, C. C. C.; FONSECA, R. C. V. *Manual de metodologia opet*. Curitiba, 2008.

RIBEIRO, G. J. L.; VIEIRA, I. C. G. Trajetória histórica e resiliência em um projeto de assentamento agroextrativista no Baixo Rio Tocantins, Pará, Brasil. *Sustainability in Debate*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 125-143, 2021.

RIGOTTO, R. M; SANTOS, V. P; COSTA, A. M. *Territórios tradicionais de vida e as zonas de sacrifício do agronegócio no Cerrado*. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 13-27, 2022.

ROSSETTO, O. C.; TEIXEIRA, R. F. S.; DURANTE, L. C.; LIMA, D. M. D. F.; NORA, G. G. D.; VENERE, P. C.; CALLEJAS, I. J. A.; ROSSETI, K. A. C. Análise da sustentabilidade econômica dos assentamentos rurais em Minas Gerais: o caso dos lotes do projeto RADIS/UFMT. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, [S. l.], v. 16, n. 13, p. e7086, 2024.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de Pesquisa*. - 5. ed. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

SANTOS, F.; ANDION, C. Economia solidária e saberes locais: práticas de inclusão produtiva. *Revista Brasileira de Gestão Social*, v. 14, n. 1, p. 89–105, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/gestaosocial/article/view/10234> . Acesso em: 29 set. 2025.

SANTOS, L. B.; CASTRO, M. S. Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do umbu. Brasília: *Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia*, 2010. 64 p.

SCARIOT, A. *Agroextrativismo no Cerrado: muito disseminado, mas ainda pouco reconhecido*. Embrapa, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/5527738/agroextrativismo-no-cerrado-muito-disseminado-mas-ainda-pouco-reconhecido>. Acesso em: 18 set. 2025.

SEAPA-MG. *Projeções do Agronegócio: Minas Gerais – 2017 a 2027: Projeções de longo prazo 3* e ed. Belo Horizonte-MG: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, 2017.

SCDB. Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. *Perspectiva Mundial sobre la Diversidad Biológica* 5. Montreal: Autor, 2020a. Disponível em: <https://www.cbd.int/gbo/gbo5/publication/gbo-5-es.pdf> Acesso em: 1 out. 2025.

SCDB. Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. *Sustainable Use of Biodiversity*. Montreal: Convention on Biological Diversity, 2020a. Disponível em: <https://www.cbd.int/sustainable/?sec=more> . Acesso em: 1 out. 2025.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 215-265.

SILVA ARAÚJO, A. Os Ribeirinhos de São João do Araguaia, Pará, Brasil: A construção do território e a dimensão vivida às margens do Rio Tocantins. *Geographia Opportuno Tempore*, [S. l.], v. 9, n. 1, 2023. DOI: 10.5433/got. 2023.v9.48351. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/48351> . Acesso em: 24 set. 2025.

SILVA, A. S.; SANTOS, M. K. V.; GAMA, J. R. V.; NOCE, R.; LEÃO, S. Potencial do Extrativismo da Castanha-do-Pará na Geração de Renda em Comunidades da Mesorregião do Baixo Amazonas, Pará. *Floresta e Ambiente*, v. 20, n. 4, 2013.

SILVA, D. C. *Apicultura no Vale do Rio Urucua: interação entre apicultores e meio ambiente numa práxis educativa*. Universidade de Brasília, 2017.

SILVA, J. G. DA. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 37–50, set. 2001.

SILVA JÚNIOR, J. R. Sociobiodiversidade, políticas públicas e economia solidária. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 11, n. 3, p. 77–95, 2022. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/rbdr/article/view/7786>. Acesso em: 29 set. 2025.

SILVA, L. H.; MIRANDA, É. L. *Educação do Campo e agroecologia: diálogos em construção*. UFV. 37ª reunião anual da ANPED – 2015.

SILVA, J; OLIVEIRA, A. Perfil das cooperativas agropecuárias no Noroeste de Minas Gerais. Colóquio – *Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 1–20, 2021. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/download/2374/1475> . Acesso em: 19 set. 2025.

SILVA, R. O.; PEREZ-CASSARINO, J.; SOUZA-LIMA, J. E.; STEENBOCK, W. Valorização das frutas nativas e pensamento pós-colonial: busca de alternativas ao desenvolvimento. *Sustainability in Debate*, Brasília, 10(2), 111-124, 2019.

SILVA, R. R. V.; GOMES, L. J.; ALBUQUERQUE, U. P. What are the socioeconomic implications of the value chain of biodiversity products? A case study in Northeastern Brazil. *Environmental Monitoring and Assessment*, v. 189, n. 64, 2017.

SILVA, D. C. *Apicultura no Vale do Rio Urucua: interação entre apicultores e meio ambiente numa práxis educativa*. Universidade de Brasília, 2017.

SIMONI, J.; SAWYER, D.R.; ALMEIDA, F.V.R. *Entraves regulatórios na produção agroextrativista*. Brasília: ISPN, 2012.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Revista Estudos Avançados*, 18(51), 7-22, 2004.

SOARES, G.J.; THEODORO, S.H; CARVALHO, A.X.M; BURBANO, D.F.M, RAMOS, C.G. Remineralizadores de suelos y sistemas agroforestales: una opción para la captura de CO₂. *Revista Agroecología*, v. 15, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.59187/revistaagroecologia.v15i1>

SOUZA, A. R.; TENÓRIO, F. G. Políticas públicas e economia solidária: avanços e limites no Brasil contemporâneo. *Revista Katálysis*, v. 22, n. 3, p. 543–560, 2019.

SPANEVERELLO, R. M. *et al.* Migração juvenil e a reprodução da mão de obra em propriedades rurais familiares brasileiros. In: *Revista de Desarrollo Económico Territorial*, número 22, p. 54-73, 2022.

STAKE, R. E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Penso Editora, 2016.

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. *Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF)*. Brasília: SUDECO, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/sudeco/pt-br> . Acesso em: 1 out. 2025.

TEIXEIRA, C. M.; VIOLA, M. R.; COELHO, G.; AVANZI, J. C.; JUNQUEIRA, R. Dinâmica hidrossedimentológica do rio Urucuia, Minas Gerais. *Revista Mineira de Recursos Hídricos*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2020. DOI: 10.59824/rmrh.v1i1.192. Disponível em: <https://periodicos.meioambiente.mg.gov.br/NM/article/view/192> . Acesso em: 24 set. 2025.

TEIXEIRA, S. A. M. *Ecologia política e econômica do extrativismo do pequi (Caryocar brasiliense): bases para seu manejo sustentável em Minas Gerais*. Tese de doutorado. 119 p. Belo Horizonte: ICB/UFGM, 2019.

TENÓRIO, F. G.; ARAÚJO, C. S. Economia solidária, feminismo e inovação social: diálogos possíveis. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 56, n. 1, p. 42–53, 2020.

TONIN, J.; POESTER, G. C.; ANDRIOLLI, E. M.; PELISSARI, J. C.; GIRALDO, P. E. C.; IGNACE, A. D. Cadeia solidária das frutas nativas: algumas reflexões a respeito da segurança alimentar e nutricional. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 8, n. 1, p. 49-56, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.24317/2358-0399.2017v8i1.4971>>. Acesso em: 1 out. 2025.

UNICAFES. União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Brasília: Unicafes, 2023. Disponível em: <https://www.unicafes.org.br>. Acesso em: 30 set. 2025.

UNICOPAS. *União Nacional das Cooperativas e Associações de Produção*. Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES), 2024. Disponível em: <https://www.unicopas.org.br> Acesso em: 29 set. 2025.

VASCONCELOS, D. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VILHENA, M. R.; ALVES, A. Jr.; FREITAS, A. F. Produtos da sociobiodiversidade no PAA e PNAE: instrumentos de gestão operacional no PNAE. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural*, v. 8, n. 1, p. 71-102, 2019.

WACHEKOWSKI, G. *et al.* Agrotóxicos, Revolução Verde e seus impactos na sociedade: *Revisão Narrativa de Literatura*. XXVI. Jornada de Pesquisa, UNIJUÍ 2021.

WANDERLEY, M. N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Agricultura familiar: realidades e perspectivas, v. 3, p. 21-55, 1999.

ZANCO, A. M.; ZANCO, R. A. G.; ALVES, A. F. Perfil das cooperativas agropecuárias do sistema Unicafe. *Revista Ideias, Seropédica*, RJ, v. 12, n. 1, p. 1–15, 2018. Disponível em: <https://revistaideias.ufrj.br/ojs/index.php/ideias/article/view/176>. Acesso em: 24 set. 2025.

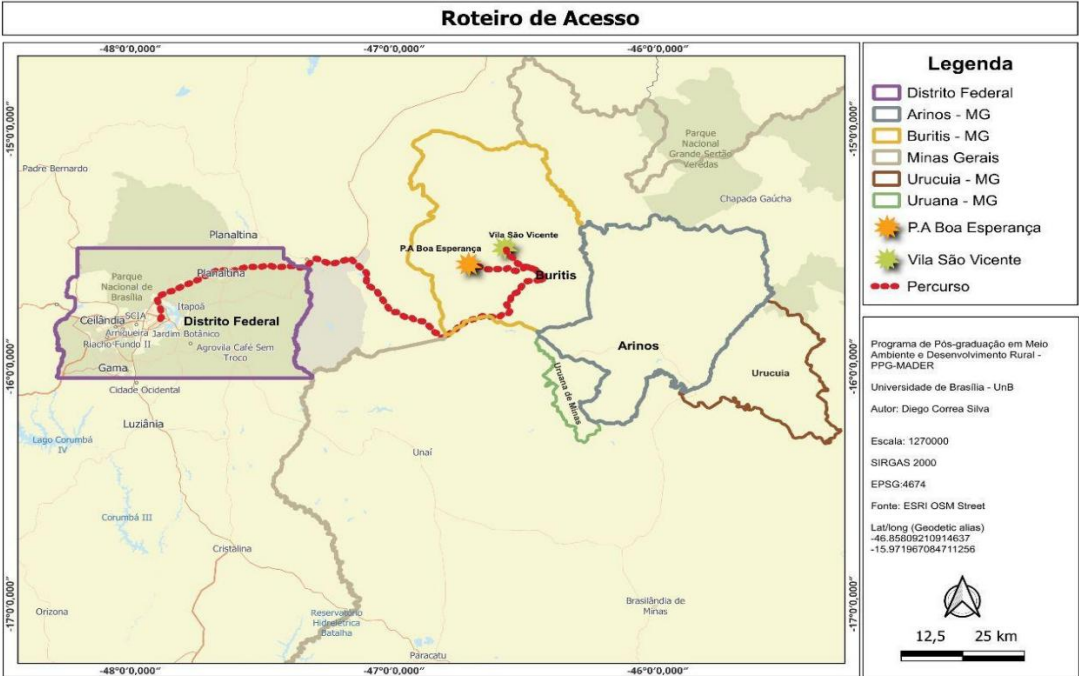
ANEXOS A

Figura 7: Vila São Vicente



Fonte: CONRADO, Denis A. C. Sem data.
Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/> . Acesso em: 09 jul. 2025.

Figura 7: Mapa com o roteiro de acesso



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

ANEXO B**ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS AGROEXTRATIVISTAS - VALE DO URUCUIA****Bloco A: Perfil dos (as) agricultores (as) agroextrativista**

1. Nome: (Apenas para fins de melhor entrosamento entre entrevistador e o entrevistado)

2. Idade:

3. Gênero: () Feminino () Masculino () Outros _____

4. GPS: Coletar as coordenadas

5. Grau de instrução:

() Fundamental incompleto

() Fundamental completo

() Ensino médio

() Ensino Técnico

() Ensino Superior

() outros _____

6. Reside na Propriedade?

() Sim

() Não

7. Qual é a sua renda mensal?

() Nenhum

() Até 02 salários-mínimos

() de 03 até 05 salários-mínimos

() de 05 até 08 salários-mínimos

() Superior a 08 salários-mínimos

8. Qual (is) sua(s) principal (is) fonte(s) de renda?

() Agroextrativismo

() Pecuária

() Agricultura

() Aposentadoria

() Bolsa Família

() Outros _____

9. O (A) responsável pelas atividades agroextrativistas é vinculado (a) alguma associação, cooperativa ou organização social?

() Sim

() Não

Se sim, qual? _____

10. Há quanto tempo coleta de produtos na natureza?

() Menos de um ano

() Entre 1 e 2 anos

() Entre 3 e 5 anos

() Entre 6 a 9 anos

- ☐ 10 anos
- ☐ Entre 11 e 15 anos
- ☐ Outros _____

11. Antes de começar a executar atividades agroextrativista senhor (a) já teve contato com outra forma de produção agrícola ou de pecuária?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Se sim, qual? _____

Bloco B: Motivação do envolvimento na prática agroextrativista

12. Por qual motivo decidiu iniciar práticas agroextrativista?

- ☐ Influência familiar
- ☐ Conservação da biodiversidade
- ☐ Complementar renda
- ☐ Oportunidade de trabalho
- ☐ Outro _____

13. Qual é o objetivo da coleta? (Marcar mais do que uma opção)

- ☐ Autoconsumo
- ☐ Produção de mudas
- ☐ Conservação da biodiversidade
- ☐ Comercialização
- ☐ Outros _____

14. Em sua opinião, quais os principais benefícios da prática agroextrativista no Vale do Urucuia ?

Bloco C: Identificação da área agroextrativista:

15. Em qual Região, está localizado o(s) seu(s) estabelecimento(s) ?

- ☐ Região do Projeto de Assentamento Chico Mendes (Região I);
- ☐ Região do Projeto de Assentamento Rancharia (Região II);
- ☐ Região do Distrito de Sagarana (Região III);
- ☐ Região do Distrito de Igrejinha (Região IV);
- Outro _____

16. Situação fundiária do local da coleta?

- ☐ Terreno próprio (Possui propriedade terra)
- ☐ Alugado/arrendado
- ☐ Cedido
- ☐ Ocupação
- ☐ Assentamentos de Reforma Agrária
- ☐ Outros _____

17. Quantos hectares tem área de coleta dos produtos agroextrativistas?

- ☐ Menos de 1 hectare
- ☐ 1 – 2 ha
- ☐ 2 – 5 ha
- ☐ 5 – 10 ha
- ☐ 10 – 15 ha

☐ Acima de 15 ha

Bloco D: Caracterização da prática agroextrativista

18. Os produtos são coletados: ☐ do chão ☐ da árvore/pé ☐ outro.

19 Qual o tipo de produto é coletado? (Poderá ser marcado mais de um tipo de cultivo)

- ☐ Pequi
- ☐ Castanha de baru
- ☐ Plantas medicinais
- ☐ Apicultura / Meliponicultura
- ☐ óleo vegetal
- ☐ Cajuzinho do cerrado
- ☐ Macaúba
- ☐ Buriti
- ☐ Mangaba
- ☐ Material para artesanato
- ☐ Outros

Se outros, quais? _____

20. Qual é o sistema de produção/manejo dos produtos agroextrativistas?

- ☐ Convencional
- ☐ Orgânico
- ☐ Em Transição Agroecológica
- ☐ Agroecológico
- ☐ Agroflorestal
- ☐ Outros _____

21. Como é o abastecimento de água utilizado para a prática de agricultura extrativista?

- ☐ Captação em rio/córrego
- ☐ Captação da água da chuva
- ☐ Poço artesiano
- ☐ Cisterna
- ☐ Outros _____

22. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas nas práticas agroextrativistas?

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ Acima de 5

23. Força de Trabalho: qual o vínculo com as pessoas envolvidas nas práticas agroextrativistas?

- ☐ Familiar
- ☐ Individual
- ☐ Voluntariada
- ☐ Contratada
- ☐ Coletiva
- ☐ Outros _____

24. A gestão da unidade de produção agroextrativista é?

- ☐ Familiar
- ☐ Individual
- ☐ Patronal

()Outros _____

**25. Participa de alguma entidade associativas
(associação, sindicato, colônia de pescador, cooperativa etc.)**

() Sim, COPABASE

() Não

()Outros _____

25. Atividades realizadas pela Cooperativa (se houver)

() Organização para produção

() Comercialização

() Beneficiamento

() Curso/treinamento

() Outros

26. Liste alguma vantagem (prós) e desvantagem (contras) de sua participação na cooperativa:
